



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE TURISMO
CURSO DE TURISMO

MARIANA REGALADO ROCHA

**AS CONTRIBUIÇÕES DOS INDICADORES ESTATÍSTICOS
RELACIONADOS À ATIVIDADE TURÍSTICA: UMA REFLEXÃO
SOBRE A CONTA SATÉLITE DO TURISMO**

Natal
2012

Mariana Regalado Rocha

**AS CONTRIBUIÇÕES DOS INDICADORES ESTATÍSTICOS
RELACIONADOS À ATIVIDADE TURÍSTICA: UMA REFLEXÃO SOBRE A
CONTA SATÉLITE DO TURISMO**

Monografia apresentada ao Departamento de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Turismo.

Orientadora: Prof^a Edilene Adelino Pequeno, M.Sc

Natal
2012

Catálogo da Publicação na Fonte.
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Rocha, Mariana Regalado.

As contribuições dos indicadores estatísticos relacionados à atividade turística: uma reflexão sobre a conta satélite do turismo / Mariana Regalado Rocha. - Natal, RN, 2012.

64f.

Orientador: Profa. M. Sc. Edilene Adelino Pequeno.

Monografia (Graduação em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Turismo.

1. Turismo - Monografia. 2. Economia do turismo - Monografia. 3. Macroeconomia - Monografia. 4. Conta satélite do turismo - Monografia. I. Pequeno, Edilene Adelino. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 338.48:330

Mariana Regalado Rocha

**AS CONTRIBUIÇÕES DOS INDICADORES ESTATÍSTICOS RELACIONADOS À
ATIVIDADE TURÍSTICA: UMA REFLEXÃO SOBRE A CONTA SATÉLITE DO
TURISMO**

Monografia aprovada pelo Departamento de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Turismo.

Aprovada em: ___/___/___

Banca examinadora:

Profa. Edilene Adelino Pequeno, M.Sc.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Orientadora

Christiano Henrique da Silva Maranhão, M.Sc.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Examinador

Renata Paula Costa Trigueiro, M.Sc.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Examinadora

Dedico esta monografia a todos que acreditaram na minha capacidade, aos meus pais, amigos e professores que ao longo desses anos estiveram sempre perto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais, Maria Aparecida e Marcilio, por me oferecerem uma boa condição de vida, investindo sempre na minha educação e por toda paciência e ajuda que têm me proporcionado ao longo da graduação.

A Debora, Manuel e todos os meus amigos por compreenderem minhas ansiedades, pelas palavras de incentivo e pela colaboração para a conclusão deste trabalho.

A minha orientadora e amiga, Professora Edilene Pequeno, por toda ajuda e pela confiança que tem depositado em mim.

A professora Lissa Valéria, pelo incentivo em finalizar este trabalho nos anos anteriores e me ajudar a seguir esta linha de pesquisa.

A equipe de professores e funcionários do Departamento e da Coordenação de Turismo, por todo apoio e pela oportunidade de estudo.

*“Nossa maior fraqueza está em desistir.
O caminho mais certo de vencer é tentar mais uma vez”.*

Thomas Edison

*“O único lugar onde o sucesso
vem antes do trabalho é no dicionário”.*

Albert Einstein

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|------------------|--|----|
| Quadro 01 | As opções de variações conceituais da Conta Satélite | 30 |
| Quadro 02 | Informações geradas pela CST | 32 |
| Quadro 03 | Forma de distribuição das tabelas | 41 |
| Tabela 01 | Objetivos específicos x Coleta de dados | 37 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT = Associação Brasileira de Normas Técnicas

BACEN = Banco Central do Brasil

CST = Conta Satélite do Turismo

EMBRATUR = Instituto Brasileiro de Turismo

IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OCDE = Organização para a Cooperação e Desenvolvimento em Turismo

OIT = Organização Internacional do Trabalho

OMT = Organização Mundial do Turismo

ONT = Organizações Nacionais de Turismo

PIB = Produto Interno Bruto

PIBDT = Produto Interno Bruto Direto

PNB = Produto Nacional Bruto

SCN = Sistema de Contas Nacionais

WTO = World Tourism Organization; **OMT** = Organização Mundial do Turismo

RESUMO

As fontes e dados estatísticos relacionados a atividade turística vem se aperfeiçoando na tentativa de tornar a economia do turismo algo mensurado com precisão. A OMT, junto a outros organismos internacionais, desde 2001 vem trabalhando e divulgando a metodologia da Conta Satélite do Turismo – CST – que através de um conjunto de indicadores designa tabelas integradas entre si que permitem a comparação de resultados ao longo do tempo e entre diferentes países. O presente trabalho buscou fornecer maior embasamento na área da Economia do Turismo, apresentando as contribuições dos indicadores estatísticos relacionados ao turismo através de uma reflexão baseada nos fundamentos da CST. Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental e no estudo foram utilizados dados de fontes secundárias. Um breve histórico sobre o desenvolvimento da estatística aplicada ao turismo é também apresentado. São introduzidos, então, alguns conceitos que envolvem a economia, o turismo e a estatística. Juntam-se ao estudo as Contas Nacionais e demais conceitos que envolvem a macroeconomia do turismo. Por fim, algumas reflexões sobre a metodologia das Contas Satélites do Turismo e seu desenvolvimento no mundo. Foi concluído que a metodologia da CST possui uma estrutura complexa que necessita de dados estatísticos minuciosos para sua elaboração, razão que faz com que nem todos os países consigam elaborar precisamente todas as tabelas.

Palavras chave: Indicadores Estatísticos. Turismo. Economia do Turismo. Macroeconomia. Conta Satélite do Turismo.

ABSTRACT

The sources and statistics related to the tourism activity is improving in trying to make the tourism economy something accurately measured. The UNWTO, with other international organizations, has been working and spreading since 2001 the methodology of the Tourism Satellite Account - TSA - that through a set of integrated tables with each other allowing results comparison over time and between different countries. The present study sought to provide a better background knowledge in the area of Tourism Economy, presenting the contributions of statistical indicators related to tourism through a discussion based on the TSA fundamentals. This work is a bibliographical and documental survey and during the study were used data from secondary sources. A brief history about the development of statistics applied to tourism is also presented. Then, some concepts involving economy, tourism and statistics are involved. Joining the study, there are the National Accounts and other concepts involving the tourism macroeconomics. Finally, some reflections about the Tourism Satellite Account Methods and its development in the world. It was concluded that the TSA Method has a complex structure and it requires detailed statistical data on its construction, that's why not all the countries are able to develop all tables precisely.

Keyword: Statistical indicators. Tourism. Economy of Tourism. Macroeconomics. Tourism Satellite Account.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 1.1 Problemática..... | 11 |
| 1.2 Justificativa..... | 13 |
| 1.3 Objetivos | 14 |
| 1.3.1 Objetivo Geral | 14 |
| 1.3.2 Objetivos Específicos | 15 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 16 |
| 2.1 As Estatísticas do Turismo | 16 |
| 2.1.1 A Econometria do Turismo..... | 19 |
| 2.1.2 Os Instrumentos de medida dos impactos econômicos do Turismo..... | 20 |
| 2.2 A Macroeconomia do turismo..... | 23 |
| 2.2.1 As Contas Nacionais e a Contabilidade Social | 25 |
| 2.3 As Contas Satélites | 29 |
| 2.3.1 A Conta Satélite do Turismo | 32 |
| 3 METODOLOGIA..... | 35 |
| 3.1 Tipo do Estudo..... | 35 |
| 3.2 Unidade de Análise..... | 36 |
| 3.3 Coleta dos Dados | 36 |
| 3.4 Análise dos dados | 38 |
| 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS | 39 |
| 4.1 A Metodologia da Conta Satélite do Turismo | 39 |
| 4.2 O Desenvolvimento das CST's no Mundo | 46 |
| 4.3 A Conta Satellite do Turismo no Brasil | 48 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 50 |
| REFERÊNCIAS..... | 51 |
| ANEXOS | 53 |

1 INTRODUÇÃO

1.1 Problemática

O turismo cresceu substancialmente nos últimos 40 anos e a atividade se tornou um significativo fenômeno econômico e social. Trata-se de uma atividade de demanda, associada ao consumo, com desempenho que sofre influência direta do crescimento no nível de renda dos consumidores efetivos e dos demandantes potenciais (MINISTÉRIO DO TURISMO- MTUR, 2012).

Segundo dados da Organização Mundial de Turismo (OMT, 2009), entre 2000 e 2008, as viagens internacionais cresceram 4,2% ao ano. Em 2008 esse crescimento substancial fez com que fosse gerada uma renda aproximada de US\$5,00.

O crescimento do setor resultou em um desenvolvimento do turismo também no meio acadêmico e, conseqüentemente, surgiu a necessidade de uma maior utilização da estatística como instrumento para análise do mercado e das sociedades envolvidas na atividade.

A relação do turismo com uma grande variedade de atividades econômicas tem promovido a importância em medir a sua real contribuição econômica e avaliar sua interdependência com outros fatores sociais e econômicos. Como consequência, um expressivo número de países e organizações internacionais têm se envolvido cada vez mais no desenvolvimento de conceitos, metodologias, bancos de dados e técnicas para que esta medição se torne exata e possível. (SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS - EUROSTAT, 2010).

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) junto a Organização Mundial do Turismo (OMT), a divisão de estatística das Nações Unidas e o Serviço de Estatística das Comunidades Europeias (EUROSTAT) começaram um trabalho com o objetivo de planejar um modo de realizar esse tipo de mensuração de uma maneira que fosse aceita e pudesse ser utilizada

internacionalmente. Trabalho esse que resultou no desenvolvimento das Contas Econômicas do Turismo (*Tourism Economics Accounts – TEA*). Embora elas forneçam um ponto de partida, a TEA se prende a termos conceituais e não se trata de um conjunto integrado de tabelas. Motivada pela necessidade da integração surgiu, então, a Conta Satélite do Turismo (CST).

Para a OMT (2003) a CST é um projeto que congloera diversas representações intergovernamentais e segmentos da indústria, visando combinar uma série de critérios e definições que mensurem a verdadeira contribuição do setor de turismo na economia, isso funciona de forma paralela e tangencial a estrutura das Contas Nacionais em concordância com as recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU), e por isso leva o nome de Conta Satélite. Conforme OMT (1998 apud PANOSSO NETTO e LOHMANN, 2008, p. 230), o “termo “conta satélite” é decorrência do fato de que esta metodologia extrai uma “conta” à parte, do total das contas do produto Interno Bruto (PIB) de um país ou região”.

Conceitualmente, as despesas de turismo devem abranger a totalidade do valor do serviço prestado. Para medir a estrutura econômica do turismo, é necessário considerar os conceitos de oferta e demanda que são os blocos de construção da economia. A CST deve conter dados econômicos sobre as indústrias que fornecem produtos adquiridos pelos visitantes, e os dados sobre as despesas dos visitantes sobre essas mercadorias. Vale ressaltar que o termo "mercadoria" refere-se a bens e serviços. Neste âmbito, pode-se citar como dados econômicos, por exemplo, as despesas relacionadas ao turismo por não-residentes, pelas empresas e/ou governo, a produção total de atividades relacionadas com o turismo, os índices de empregabilidade em atividades do setor turístico e o número de visitantes.

No caso do Brasil, apesar do país já possuir informações estatísticas relevantes, a possível divulgação oficial de uma Conta Satélite do Turismo ainda requer tempo e pesquisas mais específicas. A interdisciplinaridade do turismo ainda dificulta bastante na coleta dos dados e a compilação das informações.

A partir de uma apresentação da importância e benefícios de uma CST para o planejamento poderia fazer com que vários países, inclusive o Brasil, contasse com mais incentivos privados para fortalecer ainda mais os incentivos públicos já existentes.

Pretende-se, aqui neste trabalho, apresentar a importância das fontes e indicadores estatísticos para o turismo, uma breve introdução à economia do turismo e às contas nacionais, além do conceito base das Contas Satélites do Turismo e alguns resultados desta nos principais países que a utilizam.

O propósito de uma conta satélite do turismo é analisar detalhadamente todos os aspectos da demanda por bens e serviços associados à atividade dos visitantes, e a partir daí observar a interface operacional com o fornecimento de bens e serviços na economia e descrever como esta fonte interage com outras atividades econômicas. Ela deve permitir uma maior consistência interna das estatísticas do turismo com o resto do sistema de estatística de um país, bem como um aumento ou até a possibilidade de uso para uma comparabilidade internacional desses dados. Questiona-se, portanto, quais as contribuições das fontes e respectivos indicadores estatísticos para o turismo tendo como base os fundamentos da CST?

1.2 Justificativa

Analisar minuciosamente o turismo a partir de um ponto de vista econômico é um dos grandes objetivos, hoje, de vários países ou regiões. No Brasil, por exemplo, de acordo com Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), a CST tendo como base o Sistema de Contas Nacionais (SCN) torna não só possível analisar a forma como cada setor participa da geração, apropriação, distribuição e uso da renda nacional e da acumulação de ativos não financeiros, como também evidenciam as relações entre a economia nacional e o resto do mundo (INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO - EMBRATUR, 2005).

O tema deste trabalho, ainda é pouco abordado pela literatura em geral e devido a sua complexidade encontra até hoje certa desconfiança entre os profissionais

envolvidos com o turismo. Internacionalmente existem trabalhos publicados nesse âmbito como os produzidos por Mankiw (2005) e Frechtling (1999) e manuais e documentos elaborados por grandes organismos como a OMT, OECD, ONU entre outros. No Brasil o assunto é abordado por alguns autores como LAGE & MILONE (2001), RABAHY (2003), FEIJÓ et al. (2003), VASCONCELLOS & GARCIA (2008) . Essa quantidade reduzida de estudos pode ser, inclusive, um dos entraves para o crescimento do turismo no país, já que os formuladores de políticas e planejadores as vezes só dispõem de estatísticas preliminares como fluxo turístico e a renda gerada pelos turistas, fator que numa ótica econômica torna maior ainda a dificuldade de se calcular o real impacto do turismo numa localidade.

A escolha do tema deveu-se ao contato da autora deste trabalho com uma agência de turismo em Montreal, no Canadá, no ano de 2007. A agência repassou informações acerca do turismo que haviam sido disponibilizadas pela Conta Satélite do Turismo do país. Uma das motivações se deu também por perceber que poucas pessoas no curso de graduação em turismo tinham interesse ou conhecimento do tema.

Outro fator determinante na escolha deste tema foi o fato da dimensão do setor turístico ainda não ser totalmente definida para muitos países e de ter-se o conhecimento de que a partir das Contas Satélites do Turismo o desenvolvimento da atividade fica mais concreto e contábil já que engloba grande quantidade de dados e informações. Portanto, o presente trabalho vem também a somar e integrar o número de estudos a respeito da CST.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Apresentar as contribuições dos indicadores estatísticos relacionados ao turismo através de uma reflexão baseada nos fundamentos da CST.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) Expor a metodologia aplicada a Conta Satélite do Turismo;
- b) Verificar as atuais circunstâncias do desenvolvimento das CST's no mundo;
- c) Identificar os principais países que utilizam a metodologia da CST;
- d) Observar o atual processo de implementação da CST no Brasil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 As Estatísticas do Turismo

A estatística, tanto conceitualmente quanto aplicada ao turismo, é de extrema importância na geração direta de dados e, conseqüentemente, informações que de acordo com a amostra, fonte e outros fatores podem ter níveis diferentes de confiabilidade. No caso específico do turismo ela contribui diretamente para o remanejamento das correntes turísticas. Isso se dá pela via do planejamento público e/ou privado, visando incrementar o fluxo nas baixas temporadas e realizar a estratégia de mercado apropriada para manter um turismo sustentado nas altas temporadas (FERREIRA, 2007).

Indicadores estatísticos são comumente associados a números e gráficos, sejam eles retirados de censos, pesquisas gerais, índices ou médias publicadas constantemente na imprensa. No turismo a importância de se dispor de dados gerais para futuras projeções, prognósticos e estimativas da atividade pode ser constatada em todo e qualquer estudo que envolva perspectivas ou tendências do setor, pois segundo Rabahy (2003, pg. 143):

O estudo quantitativo da atividade turística se justifica pelo interesse em se conhecer analiticamente a situação do setor em um dado momento, as suas causas determinantes, os problemas que têm alterado as suas tendências e as indicações dos custos das decisões alternativas.

No Brasil, em 2006, conforme dados do Ministério do Turismo – Mtur (2007), 5.018.991 de pessoas visitaram o país, gerando uma receita de U\$ 4.316 milhões de dólares. Em 2011, foram 5,4 milhões de turistas estrangeiros que visitaram o país, gerando US\$ 6,7 bilhões em divisas. Esse número superou o recorde de 5,35 milhões de 2005 e foi maior que os 5,1 milhões de visitantes que estiveram no Brasil em 2010 (FOLHA, 2011). Dados e informações como essas, hoje, são de fácil acesso e necessários para que se possa estimar o valor do turismo em números.

Coletar estatísticas de turismo é uma atividade que leva muito tempo e é, deveras, minuciosa. Alguns países pioneiros como Canadá tentam avaliar até o tamanho dos erros potenciais para que os números sejam mais exatos ainda, enquanto outros como o Brasil ainda revisam procedimentos para minimizarem os erros até se tornarem aceitáveis. Cooper (2001, p.117), afirma que “não é de surpreender, portanto, que a interpretação dos dados turísticos esteja repleta de perigos”.

De maneira geral, não existe apenas uma organização que produz informações relacionadas ao turismo, pois as fontes realizadoras das pesquisas estão em esferas múltiplas e muitas vezes distintas, como no caso da Organização Mundial do Turismo (OMT) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT). As informações são usualmente geradas com uma finalidade específica ou resultam da iniciativa e interesses próprios de algumas organizações.

Segundo Ferreira (2007) as dificuldades das estatísticas de turismo estão relacionadas ao custo das pesquisas, falta de pesquisadores bem treinados, falta de confiabilidade das fontes secundárias e falta de unificação da metodologia. Ou seja, a dispersão de fontes que, na maioria das vezes, não compartilha da mesma estrutura metodológica, dificulta diretamente na consistência e credibilidade das informações.

A quantidade de vantagens que os prognósticos da atividade turística podem trazer é inúmera. Cooper (2001) cita algumas delas como:

- No geral, fornecem dados valiosos sobre tendências, nos quais as informações são apresentadas ao longo de vários períodos de tempo.
- Contribuem para a formação de um banco de dados que pode influenciar diretamente na tomada de decisões.
- Permitem o monitoramento dos efeitos das decisões ou mudanças.
- Permitem visualização dos dados atuais em determinado contexto e da comparabilidade destes ao longo dos anos.
- Propiciam um meio de se fazer previsões.

Dentre os principais organismos responsáveis pelas estatísticas gerada no setor de turismo no mundo pode-se citar:

1. Organizações e instituições que oferecem exclusivamente informação sobre o setor turístico como a Organização Mundial do Turismo (OMT), o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), International Association of Air Transportation (IATA) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).
2. Organizações e escritórios estatísticos internacionais que oferecem todo tipo de informação de caráter estatístico, inclusive algumas relacionadas ao turismo como a EUROSTAT e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Com sede em Madri, a OMT (UNWTO) é uma organização intergovernamental, à qual as Nações Unidas conferem à promoção e o desenvolvimento do Turismo. Ela visa estabelecer normas mundialmente utilizadas para avaliação e notificação de dados relacionados ao turismo. Também é responsável por grandes publicações como o “Anuário de Estatísticas do Turismo”, “Compêndio de Estatísticas de Turismo” e o “Barômetro das Viagens e do Turismo”, este último é realizado três vezes ao ano e já foi responsável por grandes publicações esporádicas como as “Tendências do Mercado Turístico” e as “Previsões do Turismo Mundial (2020)” (OMT, 2012).

O Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) é o fórum global dos executivos de negócios do setor de viagens e turismo: seus membros são diretores executivos de todos os setores da indústria de viagens e turismo. Os trabalhos desenvolvidos por este Conselho estruturam-se em torno das seguintes áreas de interesse: relatórios regionais e por países, aviação, meio ambiente, educação e formação, movimentos fronteiriços, impostos e recursos humanos.

Cada país possui suas especificidades e, portanto, fontes estatísticas próprias com sistemas e indicadores diferentes e interesses distintos. Elas também fornecem estatísticas importantes e visam fomentar o turismo nacional através de estratégias baseadas em dados e informações de pesquisas internas e cuja amostra encontra-se dentro do próprio país.

De acordo com Beni (1997) e Castelli (1998) a Conferência das Nações Unidas, realizada em Roma, em 1963, diz que cabe aos Organismos Nacionais de

Turismo (ONT) agir de maneira eficaz em prol do desenvolvimento e promoção do turismo nacional e internacional. A ONT é a instituição motora suprema em matéria de turismo, tendo como missão: formular, orientar e executar a política turística geral do país. Atualmente a maioria dos países possui seus órgãos oficiais de turismo, como no Brasil, por exemplo, o Ministério do Turismo. Todavia em outros países podem ser também de origem privada ou mista. Estas instituições também são responsáveis pelos dados estatísticos e entram como complemento as fontes já existentes em cada país.

Além do supracitado MTur, o Brasil também conta como importante fonte de dados estatísticos o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Fundação Getúlio Vargas (FGV), dentre outras.

2.1.1 A Econometria do turismo

As previsões de comportamento turístico outrora eram realizados através de múltiplos procedimentos. Desenvolveu-se, então, no século XX uma ciência autônoma, cujo objetivo é explicar fatos econômicos e gerar prognósticos. Ciência essa que consegue integrar e estar vinculada diretamente ao turismo, economia, matemática e estatística: A Econometria (RABAHY, 2003). Mais precisamente FERREIRA (2007, p 49) define:

A econometria une a teoria econômica as medições reais. (...) É o ramo das ciências econômicas encarregado de verificar as hipóteses e teorias formuladas pela ciência econômica, utilizando-se dos instrumentos dados pela matemática e pela estatística.

Econometria, segundo sua etimologia, significa "medida econômica". Todavia a Econometria é considerada um termo muito mais abrangente do que uma simples medida (GUJARATI, 2000, p.XXVI). Essa afirmação pode ser percebida na definição de Tintner (1968, p. 74):

Econometria, resultado de um certo ponto de vista sobre o papel da economia, consiste na aplicação da estatística matemática aos dados econômicos para dar

suporte empírico aos modelos construídos pela economia matemática e para obter resultados numéricos.

Segundo Ferreira (2007) no início dos anos 70 o emprego de modelos estatísticos no estudo do turismo era comumente designado de Teorometria. Rabahy (2003) afirma que esse termo tem sua origem no grego *theoros*, vocábulo que é instituído a "espectador", ou seja, alguém que viajava com o intuito de conhecer pessoas e lugares. Alguns estudiosos, como Fernández Galiano, professor catedrático da Universidade de Madri, consideram esse o termo mais adequado no grego antigo para expressar a noção atual de turismo (RABAHY, 2003, p.149).

Ainda em divergência a ideia inicial do termo Teorometria, Barreto (1990, p. 99) a define como a "técnica de aplicação dos métodos econométricos à investigação do fenômeno turístico". Ela ainda é uma área de pouco explorada, mas vem ganhando importância, especialmente, em âmbito internacional.

Goldberger (1964, p. 1) afirma que "as ferramentas da teoria econômica, matemática e inferência estatística são aplicadas à análise dos fenômenos econômicos". A Teorometria é considerada, portanto, uma modalidade da Econometria, que por sua vez, pode ser considerada uma ciência social,

2.1.2 Os Instrumentos de medida dos impactos econômicos do Turismo

Ao ser iniciada a identificação da atividade turística percebe-se que devido a sua abrangência é necessário que haja uma distinção estatística entre a atividade turística e outros setores econômicos para que, dessa forma, sua contribuição total possa ser avaliada. Nesse contexto a OMT (2003, p. 148) aponta que:

O pressuposto básico é que a atividade turística é melhor definida por sua demanda: especificamente, o consumo de um bem ou serviço por parte de um turista (...). Essa abordagem, junto com o uso de contas-satélite do turismo (discutidas mais adiante) capacita os governos a identificar e medir com maior precisão seu setor turístico.

Discute-se aqui, portanto, alguns dos principais instrumentos de medida dos impactos econômicos do turismo oficiais de acordo com os princípios e regras da OMT (2003).

Durante anos o turismo vem se destacando por seus benefícios econômicos, contribuindo diretamente para o desenvolvimento de determinadas localidades. A OMT (2001) menciona que quanto à balança de pagamentos, Mathieson e Wall (1982, p. 55) distinguem os efeitos em três categorias, são elas:

1. Efeitos primários – Podem ser facilmente mensurados, pois se referem a gastos realizados pelos turistas internacionais num país e pelos nacionais no exterior, que geram fluxos monetários entre estabelecimentos turísticos de primeira linha como hotéis, taxis, restaurantes, etc.)
2. Efeitos Secundários – Gastos produzidos na medida que os turistas se incutem na economia local. São classificados em:
 - Diretos (marketing da atividade turística nacional no exterior, comissões pagas a agentes de viagem, etc.);
 - Indiretos (entradas obtidas pelos estabelecimentos de primeira linha serão gastas em serviços locais dando continuidade ao processo de circulação do dinheiro)
 - Induzidos (Com os gastos diretos e indiretos, parte da renda obtida será para a população residente)
3. Efeitos Terciários – São fluxos que começaram através do gasto turístico e que também estão relacionados a atividade turística como, por exemplo, as importações de malas de viagem.

Além da balança de pagamentos os impactos também podem ser induzidos através da contribuição do turismo ao Produto Interno Bruto (PIB). A OMT (2001, p. 204) calcula essa contribuição “subtraindo do gasto turístico nacional e internacional e os

bens e serviços comprados pelo setor turístico, isto é, os custos originados para servir aos visitantes”.

Quanto aos impactos econômicos propriamente ditos, vale ressaltar que essas medidas são mais indicativas que explicativas. Boa parte dos estudos sobre impactos econômicos do turismo utiliza dados de datas passadas, porém a análise de consequências derivadas para planejamentos futuros são pouco consideradas. De acordo com a OMT (2001, p. 209) nesse contexto “é necessário distinguir entre o impacto econômico pelo gasto turístico(seus efeitos na medida em que escoem para a economia local) e o causado pelo desenvolvimento da atividade turística (impactos provocados pela construção e pelo financiamento das oportunidades turísticas)”.

Para uma análise geral dos impactos econômicos que envolvem multiplicadores turísticos existe a opção de formulação de um Quadro “*Input-Output*”, ou também chamado Matriz Insumo- Produto. Esse modelo tem como princípio básico o mecanismo de troca de orientação da organização de atividades econômicas. De acordo com Stynes [1998?] *apud* Pequeno (2009, p. 36):

O modelo input-output é uma representação dos fluxos de atividade econômica de uma região. O modelo capta o que cada empresa ou setor tem de comprar a partir de qualquer outro setor, a fim de produzir um dólar do valor dos bens ou serviços. Usando esse modelo, os fluxos de atividade econômica associada com qualquer alteração em termos de despesas podem ser rastreados, quer em frente (gastos que induz a geração de renda mais despesas) ou para trás (compra dos visitantes, gastos com restaurantes, mercearia, utilidades, etc.). Ao rastrear essas ligações entre os setores, o modelo input-output pode estimar os efeitos secundários dos gastos dos visitantes, muitas vezes capturado sob a forma de multiplicadores. Input – output também pode ser chamado de Matriz de Insumo – Produto.

Todavia a OMT (2001) afirma que “todos esses mecanismos de designação de recursos utilizados pelo mercado só consideram custos privados do investimento, o que não garante rentabilidade do investimentos a longo prazo, entre outras coisas, evitando seus custos sociais”. A EMBRATUR (1999, p. 5) recomenda ainda que:

Um adequado modelo de avaliação dos efeitos sócio-econômicos do Turismo deve basear-se em um sistema de informações turísticas e conexas, de caráter estatístico e regular, fornecidas por fontes fidedignas; comparáveis no tempo,

no espaço e entre setores; e consistentes com os resultados das Contas Nacionais.

Nesse contexto, com o desígnio de tentar solucionar as previsões de rentabilidade, fornecer fontes fidedignas e possuir dados comparáveis no tempo, espaço e entre setores diferentes foi criada a Conta Satélite do turismo, que será melhor detalhada posteriormente neste trabalho.

2.2 A Macroeconomia do Turismo

A necessidade de dimensionar numericamente a atividade turística diante das perspectivas humanas e de medir a importância do turismo para a economia gerou outrora uma série de questionamentos e dúvidas, por muitas vezes se tratar de fatores abstratos. Ferreira (2007) aponta algumas variáveis macroeconômicas que dimensionam o setor, como através do número de pessoas que procuram satisfação nas localidades visitadas; através de quanto elas gastam durante o seu deslocamento e sua permanência; da natureza de seus gastos e quanto isso gera de impostos; pelo número de empregos gerados e pela quantidade de divisas que entram e saem do país por meio de gastos turísticos.

Beni (2001, p. 70) cita que “o fenômeno turístico explica alguns aspectos da economia nacional e demonstra que transcende o Produto Nacional Bruto (PNB)”. O mesmo autor também afirma que o “enfoque econômico ortodoxo do Turismo considera que seus benefícios (...) são os bens e serviços por ele produzidos diretamente (...) ou indiretamente, porque elevam o poder da compra, o padrão econômico e o nível de vida”, ou seja, a priori a importância econômica do turismo apenas era baseada nos bens e serviços produzidos por ele, desconsiderando-se, portanto as particularidades dos produtos.

O setor turístico possui uma cadeia de atividades econômicas, que pode ser definir como o conjunto de fornecedores e produtores finais, que arrecadam com os gastos dos turistas. Existem, todavia, atividades turísticas voltadas diretamente para o

turista e outras para habitantes, que também são desfrutadas por turistas. Isso dificulta a exata mensuração dos fatores, pois não se sabe precisamente qual a arrecadação de, por exemplo, bancos, restaurantes ou produtos industriais com serviços prestados somente a turistas. Além de existirem também dificuldades como a de trabalhadores no mercado informal, recursos da natureza que já estão prontos, quantidade de pessoas que viajam de carro próprio e ficam em casa de parentes ou amigos, dentre outras (FERREIRA, 2007).

O quadro Macroeconômico do Turismo apresenta consequências multiplicadoras na economia nacional. Turismo e o produto turístico buscam a satisfação do turista, no entanto, os benefícios econômicos não ficam estagnados apenas na atividade turística, estes são compartilhados com diversos setores da sociedade.

A renda de um país é fruto do que é produzido por ele. Renda e produção são fatores inseparáveis na economia onde quanto maior a produção maior a renda. Para Andrade (2009) o Produto Interno Bruto (PIB) é um dos principais agregados econômicos e de grande valor para a economia como um todo. Através dele é possível mensurar a velocidade de crescimento do país, sua riqueza monetária, o grau de consumo de sua população, a quantidade de produção industrial, a renda gerada na população, entre outras coisas.

Os efeitos na produção e na renda ressaltam de imediato ao verificar-se a contribuição do turismo na formação do PIB. Mankiw (2005, p.204) articula que “o PIB é a estatística econômica acompanhada (internacionalmente) com mais atenção porque é considerada a melhor medida do bem-estar econômico de uma sociedade” e dá prosseguimento afirmando que “ao se julgar se uma economia vai bem ou mal, é natural examinar a renda total obtida por todos os membros da economia. Essa é a função do produto interno bruto”.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2012, Não Paginado) define o PIB da seguinte maneira:

Produto Interno Bruto é uma medida agregada da produção, igual a soma do valor bruto adicionado de todos os setores institucionais internos envolvidos na produção, mais taxas e impostos, menos os subsídios. A soma do consumo

final de bens e serviços (todos, exceto o consumo intermediário) mensurados em valores de consumo, menos o valor de importações de produtos e serviços, ou a soma da renda primária distribuída pelas unidades de produção interna.

O PIB de um país é medido pelo valor agregado na produção, que é sempre igual ao valor dos bens finais produzidos. Toda produção gera renda para algum agente da cadeia de produção (SANTOS, 2012). Nesse contexto o PIB apresenta a seguinte fórmula:

$$\text{PIB} = \text{renda do trabalho} + \text{renda do capital} + \text{impostos indiretos}$$

O desempenho do setor turístico está intimamente relacionado ao comportamento da renda e sua distribuição, bem como aos acontecimentos sociais, políticos econômicos. Mankiw (2005, p.204) afirma que “ao se julgar se uma economia vai bem ou mal, é natural examinar a renda total obtida por todos os membros da economia. Essa é a função do produto interno bruto”.

Segundo a OMT (1998, p. 68, 71 e 75):

O turismo é responsável por 1,42% do PIB mundial, proporção variável em função das economias de cada país. Na região do Caribe a contribuição do turismo no PIB é de 14,2% enquanto que nos Estados Unidos é de 0,97 % e na Europa é de 2,10%. Outros sete países registram uma contribuição maior que 50% do PIB que por apresentarem baixo nível de renda têm na atividade turística sua principal fonte de receita a partir de seus aspectos de rara beleza e por serem aprazíveis.

O PIB pode ser visualizado sob as óticas da renda, do produto e da despesa. Observa-se que, quando se olha a economia do ponto de vista agregado, o que alguns agentes produzem e vendem em termo de bens e serviços é a produção.

2.2.1 As Contas Nacionais e a Contabilidade Social

As Contas Nacionais de um país são fonte das principais estatísticas econômicas e base para análises sobre o funcionamento da economia. A estatística

mais importante derivada do Sistema de Contas Nacionais (SCN) de um determinado país é o PIB, que mensura o total de produção líquida de bens e serviços deste em um determinado período de tempo (FEIJÓ, 2004). O SCN, nesse contexto, funciona como uma ferramenta com um objetivo bem estabelecido de apresentar recomendações de como obter os dados para quantificar o marco estrutural teórico no qual ela é analisada.

Outra utilidade das contas nacionais, além de análise quanto ao desempenho de um país ao longo do tempo, é que estas servem como referencia para comparações internacionais. Podendo ser utilizadas para comparar taxas de crescimento do PIB entre países, além de possuir informação para investigar por que alguns países se desenvolvem mais rápido que outros.

O Sistema de Contas Nacionais moderno articula sua metodologia de medição com a construção da Matriz de Insumo-Produto, que foi desenvolvida por W. Leontief. Esta matriz segue o pressuposto teórico do modelo de equilíbrio geral, estando este em contraposição ao modelo de Keynes. Esta matriz relaciona as técnicas de produção, expressas por equações lineares, junto com o volume de produção e o consumo, dada a demanda final (FEIJÓ, 2004).

As relações que são deduzidas de um sistema contábil são explicadas pela teoria macroeconômica, sendo uma “referencia importante para orientar agentes econômicos na tomada de decisões no âmbito da macroeconomia”, lembrando que o seu desenvolvimento data do surgimento da macroeconomia Keynesiana, sendo esta uma área de estudo relativamente recente.

Segundo Andrade (2009, pg. 11) “a Contabilidade Social desponta como a razão de ser de qualquer conta satélite”, portanto, ela é fundamental para o desenvolvimento deste trabalho já que envolve conceitos da Conta Satélite do Turismo.

A ciência econômica registra estudos desde meados do século XVII, passando pelas ideias de teóricos como Adam Smith, Karl Marx, Menger, Jevons, Walras, Marshall, Fisher e finalmente chegando até as ideias Keynes, que permanece, desde então, em constantes adaptações.

Rossetti (1995) cita que existem três períodos que definem a evolução econômica. Um deles parte dos fundamentos iniciais da ciência econômica até o início do século XX. Apenas no final desse período os governos começam a se preocuparem com a avaliação da capacidade de contribuição fiscal da nação. Queriam ter conhecimento de quanto dessa arrecadação de impostos estava inserida na riqueza nacional. O segundo período, logo após a segunda guerra mundial, é de grande ajuda no desenvolvimento da Contabilidade Social, pois é quando ocorre a Revolução Keynesiana.

Rossetti (1995.p.30) discorre sobre a influência de Keynes da seguinte maneira:

A análise econômica da época, sob influência da obra de KEYNES, passou a atribuir importância fundamental ao fluxo global de dispêndio das nações (particularmente em decorrência de sua atuação como condicionante dos dispêndios globais de consumo). Os dispêndios do governo, no custeio de seu aparato administrativo ou na realização de investimentos públicos, também passaram a ser objeto de análises mais cuidadosas, devido à sua ponderável influência nos mecanismos de sustentação do emprego e das atividades de produção.

Vale ressaltar, além da revolução Keynesiana, que nesse período as nações passaram a se interessar pelo desenvolvimento do sistema de contabilidade social, (passando de 14 nações que já trabalhavam com ele, para 33 em 1939), impulsionadas, principalmente, pelo desenvolvimento da análise macroeconômica e pelos resultados alcançados em decorrência da contribuição da contabilidade social frente aos efeitos da Grande Depressão.

O último período que Rossetti (1995) destaca é aquele iniciado na pós-segunda guerra chegando até os dias atuais. A principal característica é o contínuo desenvolvimento da contabilidade social, ainda não esgotada, em que os novos teóricos interpretam os autores fazendo a ligação com a economia global. É nessa fase que a contabilidade social apresenta os aspectos macroeconômicos que serão de grande importância nas estimativas econômicas e nos estudos quantitativos de cada país. Dessa forma a contabilidade social passa a ter parâmetros comparativos no

espaço de tempo e entre países, que começam a dimensionar suas economias pautadas em metodologias semelhantes.

O que se pode aferir de toda essa evolução histórica é que a contabilidade social partiu e se desenvolveu de uma necessidade lógica de mensuração e coerência adequada aos estudos existentes em cada época atingindo níveis importantes de detalhamento na atualidade.

A forma mais agregada de apreender a economia é por meio da formação do Produto Interno Bruto que mede “o valor total da produção de bens e serviços finais obtidos por um país em território nacional, em determinado período de tempo, usualmente um ano” (AMADO e MOLLO, 2003).

Já Castro e Lessa (1982, p.37) falam que o “produto de uma economia leva em conta tão somente os bens e serviços de utilização final produzidos no sistema, isto é, os de consumo e capital” e completam dizendo que “o Produto corresponde àquilo que efetivamente se adiciona em termos de valor, ou seja, ao Valor Agregado”.

Assim, é possível dizer que a contabilidade social é um método que trata o relacionamento de setores produtivos com seus respectivos agentes ativos, identificando as transações comerciais entre eles, gerando informações sobre fluxo monetário (saber quem está comprando, quem está vendendo), carga tributária existente, destinação do capital gerado (se é externa ou permanece no país) e quanto determinado setor influencia no outro, entre outras.

A fim de uniformizar toda a metodologia de mensuração, as Nações Unidas passam a delimitar as diretrizes necessárias para que os países tenham conhecimento sobre a sua Contabilidade Social.

Em 1953 é apresentado o primeiro documento que aponta as diretrizes a serem seguidas por países que desejavam implementar o sistema de contas nacionais. Essa primeira versão, baseada no relatório de Definição e Medição do Rendimento Nacional e Totais Relacionados de 1947, do Subcomitê de Estatísticas do Rendimento Nacional da Sociedade das Nações (FEIJÓ, 2004), sob orientação de Richard Stone, permaneceu até o ano de 1968.

Posteriormente, foi substituída pelo documento hoje tido como referência básica na elaboração de qualquer conta nacional, de qualquer país e em qualquer nível de desenvolvimento econômico, o *System of National Accounts, 1993* (SNA-93)⁵.

O SNA-93 trata as contas nacionais da seguinte forma:

O Sistema de Contas Nacionais consiste em uma estrutura coerente, consistente e integrada do conjunto de contas macroeconômicas, balanços e tabelas, baseados em uma série de acordos internacionais estipulando conceitos, definições, classificações e regras contábeis. Isto fornece um quadro compreensível sobre as contabilidades, onde cada dado econômico pode ser compilado e representado em um formato desenvolvido para fins de análise econômica, tomada de decisão e decisões políticas. As contas se apresentam de forma condensada, mas com uma grande riqueza de detalhes da informação, organizadas de acordo com princípios econômicos e percepções, sobre o funcionamento da atividade econômica. (CEC.IMF, OECD, UN e World Bank, 1993).

O Sistema de Contas Nacionais, além de representar toda a economia de um país, traz à tona o PIB por meio das Contas Econômicas Integradas e das Tabelas de Recursos e Usos. Por esse motivo, neste momento, cabe discorrer melhor sobre estes dois blocos por serem a base do sistema de contas nacionais e por terem influência direta em outros aspectos econômicos que colaboram na construção da Conta Satélite do Turismo.

2.3 AS CONTAS SATÉLITES

Como visto nesse trabalho, a contabilidade social é capaz de retratar a economia de um país ao utilizar ferramentas macroeconômicas que ajudam na desagregação do PIB em setores de produção, agentes ativos e tipos de atividades, disponibilizando detalhes acerca da relação existente entre eles. Dessa forma, a análise macroeconômica parte de sua visão mais abrangente (visão macro) e destaca aspectos particulares de determinados setores e a relação entre eles. Nesse contexto de aprofundamento analítico da contabilidade social encontra-se em destaque a conta satélite.

Feijó (2004.p.03) ressalta que “as contas satélites são estatísticas desenvolvidas para atenderem a objetivos específicos, não cobertos pelo Sistema de Contas Nacional tradicional, porém mantendo relação com ele”. Frechtling (1999, p. 167) diverge um pouco dessa afirmação dizendo que, “em resumo, a conta satélite do turismo é, na verdade, um conjunto de contas econômicas integradas umas com as outras e com todo o sistema de contas nacionais”.

O modelo de análise através do Quadro Central do Sistema de Contas Nacionais em alguns casos, mesmo que na sua forma mais flexível, não é suficiente para uma análise eficiente, pois é muito sobrecarregada de detalhes que por serem muito dispersos eventualmente podem entrar em conflito. Além do mais em alguns casos, o objetivo da análise é simplesmente se concentrar em um determinado campo ou aspecto do comportamento econômico e social no contexto das contas nacionais (SNA, 2008).

A sequência das contas é totalmente integrada e isso se dá, em grande parte, por causa da exatidão do sistema de contabilidade. Uma vantagem do SNA é que a sua articulação é suficientemente forte para que haja flexibilidade na sua aplicação e sua estrutura permaneça integrada, economicamente completa e internamente consistente.

A intenção das Contas Satélites (CS) é fazer com que determinados aspectos, possam ser vistos de maneira mais aprofundada. Aspectos estes que às vezes estão camuflados nos quadros das Contas Nacionais ou com uma extensão limitada.

O turismo, nesse caso, é um dos melhores exemplos dessa situação. Segundo o SNA (2008) diversos aspectos das atividades produtoras e consumidoras relação com o turismo podem surgir detalhados, classificadas através de atividades, produtos e finalidades. No entanto, as operações e finalidades específicas para o turismo aparecem separadamente apenas em poucos casos, impossibilitando o aprofundamento de certos aspectos.

O SNA (2008) apresenta duas abordagens diferentes das contas satélites em relação à estrutura central do sistema de contas nacionais: A primeira está baseada

na subdivisão das contas na estrutura central para obter os dados necessários para a análise, todavia sobrecarregando e desequilibrando vários outros componentes da conta. A segunda considera a abordagem alternativa, é elaborar uma estrutura específica para o turismo ocorrer de forma marginal (ou satélite) à estrutura de contas.

A SNA de 2008 bem como a SNA de 1993 possuem, portanto, dois tipos de conta satélite. Porém há variação e algumas opções que poderiam ser adotadas na elaboração de uma conta satélite do segundo tipo, no caso as que modificam alguns dos conceitos básicos da estrutura central. Baseada na SNA (2008, p. 526), segue no Quadro 01 as opções de variações conceituais da conta satélite.

QUADRO 01
As opções de variações conceituais da Conta Satélite

- 1 – PRODUÇÃO E PRODUTOS** - No esfera produtiva do quadro central do SNA, as unidades produtoras são estabelecimentos classificados de acordo com a atividade econômica principal a que se dedicam . O produto das atividades secundárias é determinado de acordo com sua natureza, a partir da classificação do produto, mas os insumos destas não estão separados dos da atividade principal. Todavia, as atividades auxiliares nem são analisadas nem classificadas de acordo com sua natureza e os produtos não aparecem como autônomos. Em alguns casos importantes, como no turismo, o processo de identificação é complexo, pois nem todas as atividades e produtos relevantes aparecem nas classificações do quadro central.
- 2 – RENDA** - Ao estender a fronteira de produção, aumenta-se a dimensão do rendimento primário, ou seja, a renda atribuível as atividades adicionais inseridas na fronteira de produção. É possível identificar vários tipos de transferências além das que estão quadro central, especialmente quando significativas.
- 3 – USO DE BENS E SERVIÇOS** - A cobertura do uso de bens e serviços, seja para consumo intermediário, final ou formação de capital, varia como resultado da expansão do conceito de produção. Como resultado dessas variações, o conceito de poupança teria que ser expandido.
- 4 – ATIVOS E PASSIVOS** – Os ativos não financeiros pode ser modificado como resultado da expansão do conceito de produção ou da modificação da fronteira entre o consumo e a formação de capital. É possível também ampliar o alcance dos ativos e passivos financeiros mediante a inclusão dos ativos e passivos contingentes na classificação dos instrumentos financeiros.
- 5 – FINALIDADES** - A fim de manter o maior grau possível de coerência com o quadro central, toda reclassificação deveria ser efetuada eliminando-se um item a partir de uma posição, ao invés de permitir uma dupla contagem.
- 6 – AGREGADOS** – Em determinadas análises complementares ou alternativas, como acima mencionadas, podem modificar os principais agregados como mostra a estrutura central, quer diretamente quer indiretamente. Em outras análises, o objetivo é centralizar a atenção em uma única esfera, como no caso da educação e do turismo.

Fonte: Adaptado do SNA-2008 (p. 526).

Essa estrutura de elaboração é a mesma utilizada nas contas nacionais, já que esta última estuda a relação dos setores com outros setores, agentes internos e externos, se distinguindo pelo enfoque dado (apenas um setor em estudo) e pela busca de informações complementares (se externas e/ou internas ao SNA) em torno do setor em questão.

2.3.1 A Conta Satélite do Turismo

O turismo é uma atividade complexa. Congrega em si um largo conjunto de atividades e produtos de diversas naturezas, pois envolve uma multiplicidade de agentes econômicos e os seus impactos fazem-se sentir transversalmente por toda economia. Para Andrade (2009) desde o início quando o turismo se tornou parte integrante da economia, passou a ser representado nas contas nacionais. Uma CST provê meios para que os aspectos econômicos do turismo possam ser analisados separadamente. Em paralelo a isso esses aspectos permanecem incluídos nas principais contas e se incluem com estas.

Avaliar quantitativamente e qualitativamente os impactos gerados pela atividade turística ainda é um difícil processo. Até mesmo países desenvolvidos que possuem a exploração do turismo, de certa forma, consolidada, encontram sérias dificuldades para alcançar dados que expressam a realidade. Pensando nestes e em outros questionamentos a Organização Mundial do Turismo (OMT), em conjunto com outras organizações e alguns países, desenvolveu a Conta Satélite do Turismo (CST).

Trata-se de uma ferramenta estatística que inclui conceitos, definições, classificações e tabelas e que é compatível com as diretrizes do SNA, permitindo uma comparação consistente entre regiões, países ou grupos de países, além de permitir comparações com outros dados macroeconômicos.

Segundo a OMT (2001) a CST pode supor a avaliação real do impacto turístico na atividade econômica de determinados destinos e suas relações diretas com

o emprego, a renda, os impostos, etc.. Esses aspectos não poderiam ser determinados observando uma matriz de insumo produto (quadro “*input-output*”).

O processo de construção da CST busca direcionar os países a desenvolverem os seus próprios sistemas de estatística do turismo e aprimora-los, um dos focos de muitos países que ainda não a possuem é adota-la como uma síntese de todo esse sistema.

De acordo com a SNA (2008) o objetivo da Conta Satélite do Turismo é gerar dados e informações sobre alguns aspectos específicos que estão listados no Quadro 02.

QUADRO 02
Informações geradas pela CST

- a) **Agregados Macroeconômicos** - que descrevem a dimensão e a contribuição econômica do turismo, o Produto Interno Bruto Direto (PIBDT) do turismo consistente com os agregados similares da economia total, outras atividades econômicas produtivas e áreas funcionais de interesse.
- b) **Dados detalhados sobre o consumo turístico** – um conceito associado à atividade dos visitantes como consumidores e a descrição de como essa demanda é atendida pela oferta interna e pelas importações, integrados nos quadros que derivam dos quadros de oferta e utilização que podem ser compilados tanto com valores correntes como em termos de
- c) **Contas de produção** – estas têm de ser detalhadas para a indústria do turismo, incluindo informações sobre vínculos de emprego com outras atividades econômicas produtivas e a formação bruta de capital fixo.
- d) **Vínculo entre dados econômicos e físicos do turismo** – é importante obter o número de viagens (ou visitantes), a duração das visitas, o propósito da viagem, os meios de transporte e outras. Essas informações são necessárias para caracterizar as principais variáveis econômicas relacionadas ao turismo.

Fonte: Adaptado da SNA-2008 (p. 531).

Com base nessas informações a possibilidade de desenvolver suas próprias estatísticas do turismo se estende a qualquer país, todavia é necessário que os dados estejam de acordo com as diretrizes da ONU, Eurostat, OMT, OECD (2010, p. 2):

- As estimativas devem basear-se em fontes estatísticas confiáveis, que contemplem os visitantes e produtores de bens e serviços.
- Observações devem ser de caráter estatístico e serem permanentemente, combinando compilações estimadas inicialmente com o uso de indicadores para aumentar a utilidade dos resultados.
- Os dados devem ser comparáveis ao longo do tempo dentro do mesmo país, comparáveis entre países e comparável com outras áreas da atividade econômica.
- Os dados devem ser consistentes internamente e apresentadas em quadros macroeconômico reconhecido internacionalmente.

A evolução que permeou a elaboração da metodologia exata da CST e o último documento publicado, *Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework*, 2008, elaborado pela ONU, OMT Eurostat e OECD, foi de certa forma, semelhante à elaboração do SNA (1993 e 2008) e também ao desenvolvimento das contas satélites como um todo.

Cobertura de segundas residências, reuniões e conferências são extensões da CST que foram agrupados à essa atualização feita em 2008. A OECD com o projeto da CST em fase de desenvolvimento baseou-se no trabalho já iniciado por outras agências. O instituto de estatísticas do Canadá exibiu um projeto-proposta na Conferência de Turismo em Ottawa (junho de 1991) e publicou seus primeiros resultados em 1994. Desde então vários países vêm publicando CSTs ou estão ainda em fase de desenvolvimento. No SNA (2008) é apresentado um capítulo dedicado as contas satélites, inclusive com referência ao turismo (ONU, OMT, Eurostat, OECD, 2008).

A Conta Satélite do Turismo (TSA) foi criada há alguns anos e no mundo atual mais de 70 países têm compilado contas de diferentes níveis de desenvolvimento. O manual citado anteriormente a respeito das recomendações metodológicas da CST formulou as diretrizes internacionais destas fornecendo um quadro atualizado para sua criação.

3 METODOLOGIA

A fim de conquistar os objetivos desse estudo descreve-se as normas metodológicas a seguir, para que possa ser combinado a prática e a teoria.

3.1 Tipo do Estudo

Nesta pesquisa foi utilizada a pesquisa de natureza descritiva e exploratória. A pesquisa descritiva usa padrões textuais e tem por finalidade observar, registrar e analisar os fenômenos sem, entretanto, entrar no mérito de seu conteúdo. Já na pesquisa exploratória estuda-se algo atual, ainda pouco examinado, com o objetivo de aproximar o pesquisador do fenômeno para que este familiarize-se com as características e peculiaridades do tema a ser explorado (MATTAR, 1994). Segundo Dencker (1998, p. 128) “os estudos exploratórios compreendem, além do levantamento de fontes secundárias, o estudo de casos selecionados e a observação informal”.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa que responde a questões particulares. Esse tipo de abordagem tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social. Segundo Maanen (1979, p. 520) “trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação”.

A metodologia da pesquisa foi baseada na revisão bibliográfica, referente às contas satélites e suas bases macroeconômicas, abrangendo a contabilidade social e as contas nacionais, além das informações que objetivaram identificar a atual situação das estatísticas em turismo. Pode também ser considerada bibliográfica por fundamentar-se em dados secundários originados de organismos públicos e privados como, por exemplo, a OMT, o MTur, etc. Baseou-se também em consultas a artigos, monografias, livros, teses e dissertações.

Para Helder (2006, p. 1): “A técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. [...] é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas”. Trata-se, portanto, de uma pesquisa documental por ter coletado dados primários e ter utilizado toda base de conhecimento fixada materialmente e suscetível disponibilizada para consulta.

3.2 Unidade de Análise

De acordo com Faschin (2003, p.115) o universo é o conjunto sobre cujos atributos vão indiciar a investigação e, por isso, se transformarão em fonte de informação.

O presente trabalho utiliza amostragem do tipo não probabilística intencional, pois os elementos foram selecionados por critérios subjetivos da metodologia, de acordo com os objetivos do estudo.

Os principais países a utilizarem a CST foram, portanto, escolhidos através de julgamento baseado na quantidade de informações e dados disponibilizados a respeito do tema em cada um deles. A metodologia da conta satélite do turismo foi baseada nos conceitos expostos por publicações oficiais como as recomendações da ONU, OECD, Eurostat e OMT (2010).

3.3 Coleta de Dados

Segundo Vergara (2000, p. 54), na coleta de dados: “O leitor deve ser informado de como se pretende obter os dados que você precisa para responder os enigmas do assunto”. Pode-se então afirmar que são meios que serão utilizados para avaliar as estratégias e analisá-las, mostrando de maneira bem clara para o leitor.

Neste trabalho foram utilizados dados primários e secundários, que através de uma revisão bibliográfica e documental, fizeram referência à conta satélite do turismo e sua base macroeconômica, abrangendo a contabilidade social e as contas nacionais, além das informações que objetivaram identificar a atual situação das estatísticas em turismo no Brasil e no Mundo.

O estudo realizou uma reflexão através dos dados de entrada que derivaram de evidências extraídas de documentos (livros, artigos, dissertações, etc.) e registros em arquivos (tabelas, dados oriundos de levantamentos estatísticos, etc.).

Foram apontadas inicialmente informações gerais sobre as estatísticas mundiais que influenciam diretamente no desenvolvimento da CST no mundo. Foi exposta, na sequência, uma introdução à estrutura da Conta Satélite do Turismo e os principais países que a utilizam através também de resultados práticos. No Brasil foi observado o andamento do processo de implementação da CST.

Tabela 01

Objetivos específicos x Coleta de dados

| Objetivos | Coleta |
|---|---|
| Expor a metodologia aplicada a Conta Satélite do Turismo | Através da SNA (2008) em junção com as recomendações oficiais geradas no documento da ONU, OMT, Eurostat e OECD (2010). |
| Verificar as atuais circunstâncias do desenvolvimento das CST's no mundo | Através de documentos secundários diversos. |
| Identificar os principais países que utilizam a metodologia da CST | Através de julgamento baseado na quantidade de informações e dados disponíveis de cada país. |
| Observar o atual processo de implementação da CST no Brasil | Documentos secundários diversos. |

Fonte: Elaboração própria, 2012.

Como podem ser observados na Tabela 01, os dados essenciais à conclusão deste trabalho foram extraídos de fontes como o Ministério do Turismo, IBGE, EMBRATUR, OMT, OECD, Eurostat foram utilizados documentos internacionais oficiais como o Sistema de Contas Nacionais – SNA (1993 e 2008), as recomendações mundiais para implementação da CST no mundo, os quadros conceituais da CST e resultados da CST em países como Canadá, Portugal, Espanha e outros.

3.4 Análise dos Dados

Na análise de um documento deve-se levar em consideração a natureza do texto, ou seu suporte, antes de tirar conclusões. A análise final de dados é realizada através de uma seleção e análise preliminar de documentos diversos: “é o momento de reunir todas as partes – elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceitos” (CELLARD, 2008, p. 303). O pesquisador poderá, assim, fornecer uma interpretação coerente, tendo em conta a temática ou o questionamento inicial.

Trata-se de uma análise descritiva baseada no referencial teórico, pois foi realizado inicialmente um estudo geral acerca das estatísticas mundiais sobre a atividade turística, economia do turismo e da macroeconomia como um todo até chegar no turismo. Através da Contabilidade Social foi elaborado o modelo de análise da CST, que é baseado do Quadro Central do Sistema de Contas Nacionais. Vale ressaltar que, conforme exposto, existem dois tipos de contas satélites e, dependendo do tipo de conta, as tabelas conceituais podem variar.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 A metodologia da Conta Satélite do Turismo

Em 1991 o tema foi abordado na Conferência Internacional de Estatísticas sobre Viagem e Turismo. Nesta reunião foram firmados os conceitos e classificações para o turismo, onde a finalidade principal era conseguir meios de comparabilidade internacional, além de servir de guia introdutório para os países no Sistema de Estatísticas do Turismo. Em 1994, no documento *Recommendations on Tourism Statistics*, a OMT dita uma orientação provisória com o intuito de padronizar o sistema de contas do turismo, sendo este a base inicial para as recomendações metodológicas da CST (OMT, 1994). A evolução que permeou a elaboração da metodologia exata da CST e o último documento publicado, *Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework*, 2008, elaborado pela ONU, OMT Eurostat e OECD, foi, de certa forma, semelhante à elaboração do SNA (1993 e 2008) e também ao desenvolvimento das contas satélites como um todo. Essa publicação serve como um Manual de implementação da CST.

Estas recomendações visam a criação de um enquadramento que os países possam utilizar para constituírem uma CST e, de modo geral, permitir uma maior comparabilidade internacional das estatísticas do turismo, ou seja, se trata de uma padrão internacional para medir os efeitos econômicos diretos do turismo numa economia em relação ao de outros setores e outros países.

Conforme documento publicado pela EMBRATUR (1999) desde 1991 a ONU adotou recomendações propostas pela OMT na Conferência de Ottawa relativas as definições e classificações do turismo, bem como sobre a classificação internacional uniforme das atividades turísticas.

De acordo com as diretrizes da ONU, seguindo as recomendações do SNA (2008), a Organização Mundial do Turismo (OMT) passa a adotar um novo conceito de

utilização dos indicadores, a Conta Satélite do Turismo (CST). Esta é assim definida (OMT, 2001.p.05):

É uma nova ferramenta estatística, que inclui conceitos, definições, classificações e tabelas, que é compatível com as diretrizes de contas nacionais e internacionais, permitindo uma comparação consistente entre regiões, países ou grupos de países, além de permitir comparações com outros dados macroeconômicos. Como um processo de construção que busca direcionar os países a desenvolverem os seus próprios sistemas de estatística do turismo, o objetivo principal é adotar a CST como uma síntese de todo esse sistema.

A CST fornece mais que uma simples reformulação do fluxo de dados econômicos encontrados nas contas nacionais. Ela permite que esses dados estejam ligados a outra dimensão do turismo, como estimativas do estoque de capital, empregos (ex: número de empregados, horas trabalhadas, etc.) e características físicas (ao contrário de monetárias), bem como número de visitantes (residentes e não residentes). Se necessário a CST pode ser desenvolvida para fornecer maiores detalhes sobre emprego, características demográficas dos visitantes, elementos físicos da oferta (OMT/EUROSTAT/OECD/ONU, 2010).

A CST fornece a estrutura para análises políticas de questões relacionadas a economia do turismo bem como para o modelo de construção, análise do crescimento do turismo e medida da produtividade. Ela foi designada de tal forma que nem todos os seus elementos precisam ser desenvolvidos desde o início.

A estrutura dessas contas deve abranger um conjunto de áreas independentes, envolvendo agregados. A EMBRATUR (1999, p. 5) lista os 5 (cinco) agregados abaixo:

Demanda: representada pelo conjunto das diferentes formas de Turismo – interno, receptor e emissor -, discriminadas segundo as características dos visitantes e das viagens;

Produção: dada pelo resultado gerado pelo conjunto dos setores característicos, conexos e interdependentes do Turismo;

Formação Bruta de Capital (FBK) e Inversões Financeiras: investimentos efetuados para ampliar o estoque de capital e a produção de setores produtivos característicos, conexo ou complementares do Turismo.

Outros indicadores: constituídos de medidas físicas não monetárias; de informações do emprego; da discriminação dos componentes importados, do consumo turístico nacional; dos componentes exportados; do consumo do turista nacional no exterior; entre outros;

Avaliação do Impacto: indicadores de avaliação dos efeitos do Turismo nos agregados macroeconômicos: na geração do PIB, na arrecadação de impostos, na geração de empregos, na FBK, entre outros.

Ainda de acordo com a EMBRATUR (1999, p. 18):

O marco conceitual da estrutura da CST nada mais é do que um conjunto de definições e classificações, consubstanciadas e integradas em tabelas organizadas de uma forma lógica e consistente, que permite examinar, de forma periódica, os principais aspectos econômicos da atividade de Turismo. Os seus resultados são traduzidos em um conjunto de 10 tipos de tabelas padronizadas, que contempla aqueles conceitos e classificações.

Baseado nos padrões estabelecidos para o quadro metodológico da CST para as tabelas iniciais supõe-se que se destinam a relatórios do tipo “questionário”. Simultaneamente, é necessário que seja considerada a base de dados que se encontra no contexto do país em questão. Existem necessidades de preparação e tratamento em geral, assim como dificuldades previstas de determinados países que possuem deficiências estatísticas, pois a metodologia da CST envolve um sistema formado de fatores com vários graus de consistência e informações. Para isso, portanto, as recomendações oficiais publicadas referentes a 2008 podem contribuir com conselhos e práticas (OMT, EUROSTAT, OECD e ONU, 2010).

Ainda seguindo as recomendações oficiais segue logo mais abaixo, no Quadro 03, os tipos de tabelas padronizadas. Observa-se nesse quadro que as seis primeiras tabelas abrangem informações de consumo e produção das atividades de turismo. Nos outros quatro tipos de tabelas restantes são absolvidas informações que revelam outros aspectos desse setor.

Além do breve resumo exposto no Quadro 03 a respeito de cada uma das dez tabelas, todas estão disponibilizadas na sequência acompanhadas de descrições e informações gerais.

QUADRO 03
Forma de distribuição das tabelas

- **TABELAS 1, 2, 3 e 4** = possuem informações de consumo turístico, de acordo com o tipo de produto e forma de turismo
- **TABELA 5** = envolve dados de produção e da estrutura produtiva das atividades turísticas
- **TABELA 6** = confronta os dados de consumo com os de produção, permitindo o cálculo do valor adicionado e do PIB turísticos, assim como de seus respectivos componentes.
- **TABELA 7** = aparece o emprego gerado.
- **TABELA 8** = a formação bruta de capital fixo (FBK)
- **TABELA 9** = envolve o consumo dos chamados serviços públicos de turismo, tais como os de planejamento, coordenação, controle, fiscalização, geração de estatísticas do setor.
- **TABELA 10** = um conjunto de **indicadores físicos** que possibilitam obter uma radiografia geral das principais características do setor (números e tipos de turistas, tipos de transporte utilizados, características dos alojamentos oferecidos, etc).

Fonte: Adaptado da ONU, OMT, Eurostat e OECD, 2010.

O âmbito geral do Quadro 03, refere-se ao exercício de implementação e é delimitado pelos requisitos de envio de informações de acordo com as tabelas 1 a 6. Pode-se, nesse caso, ser resumido usando apenas a tabela tipo 6, uma vez que engloba todas as informações anteriores. Conclui-se aqui que para maior praticidade as tabelas mesmo completas podem ser reduzidas.

Para a composição das tabelas é necessário que hajam variáveis extraídas de fontes básicas de informação. Para cada tabela, recomenda-se um complexo de preparação mais ou menos distinto. De acordo com a OMT (2001) apud Andrade (2009, p. 42) as instruções para coleta e tratamento de dados da CST são as seguintes:

- Extrair das tabelas de recursos e usos das contas nacionais os dados das atividades e produtos específicos do turismo.
- Transformar os pacotes de turismo, a partir do seu valor bruto disponível nas contas nacionais de alguns países, em redes de valores exigidas pela CST.
- Obter dos custos de serviços valores de produtos comercializados por agências de viagem, principalmente transporte, pacotes turísticos e acomodações, no intuito de considerar as agências de viagem como parte da indústria turística do país. Isto também requer que seja identificado, nos

consumos turísticos receptor e emissor, o local de residência dos diferentes fornecedores de serviços, assim como a residência da própria agência de viagens.

- Desagregar o valor de bens adquiridos pelos visitantes entre distribuição marginal e preços de bens a valores básicos.
- Identificar o consumo dos visitantes em todos os seus componentes, monetários ou não, distinguindo-o do consumo não turístico.
- Obter o valor agregado pelo turismo e o PIB do turismo, pelo lado da oferta e da demanda, observando o gasto do turismo, nas duas óticas, e verificando a relação entre recursos e usos das ACTs.

As 10 tabelas principais estipuladas oficialmente pela OMT são derivadas ou relacionadas com as tabelas do sistema de contas nacionais, relativos à oferta e ao uso de bens e serviços. Este conjunto de quadros constitui o núcleo central para comparações internacionais dos impactos econômicos do turismo entre as economias.

As tabelas utilizadas na Conta Satélite do Turismo estão anexadas no final deste trabalho enumeradas de 01 a 10, tendo cada anexo o mesmo número da respectiva tabela. Dentre esses anexos pode ser observado em um primeiro momento que o objetivo é compilar as tabelas 1 a 7, bem como a tabela 10. Como condição de conta satélite, a conta satélite do turismo deve incluir uma apresentação detalhada da oferta e consumo, em termos de bens e serviços adquiridos pelos visitantes (tabelas 1 a 4), as indústrias que os produzem (tabela 5), assim como seus componentes, já que estes compõem o núcleo do sistema da CST (tabela 6).

A tabela 01 (ver anexo 01) refere-se ao consumo turístico receptivo por produtos e categorias de visitantes, ou seja, ao turismo receptivo. Essa tabela inicial inclui gastos com hospedagem, alimentação, compras no local, etc.. Não entram gastos antes nem depois da viagem, já que serão feitos fora do território em questão. Não é contabilizado também o lucro de agência de turismo e/ou transporte estrangeira. categorias de turismo despesas de visitantes.

As Tabelas 01, 02 e 03 (ver anexos 01, 02 e 03 respectivamente) descrevem um dos componentes mais importantes do consumo turismo: os gastos e despesas do turismo. Isso não inclui só as despesas que os visitantes têm através de recursos próprios, mas também as despesas dos produtores (empresas, órgãos públicos e

empresas privadas sem fins lucrativos a serviço das famílias) ou outros agentes que beneficiam diretamente o visitante como transporte, alojamento, etc. Os números e valores contidos nessas tabelas devem ser identificados através de pesquisas ou outros métodos. Vale ressaltar, todavia, que os visitantes não costumam fornecer informações precisas e que as tabelas não incluem as transferências sociais em espécie, exceto no caso de reembolso de despesas realizadas inicialmente pelos visitantes (como alguns serviços de saúde, etc.) nem os gastos, reais ou atribuídos, associados a todos os tipos de casa própria para temporadas e férias (OMT/EUROSTAT/OECD/ONU, 2010).

Com relação à Tabela 2 (ver anexo 02), referente ao gasto turístico interno, é necessário observar a categoria que diz respeito ao tipo de viagem. O gasto turístico interno não inclui apenas as despesas dos visitantes que viajam dentro do país, mas também os gastos originados pelos visitantes que se encontram em viagens internacionais dentro do país em questão. Aqui estão inclusos dos gastos iniciais com pacotes, hospedagens, transportes, até aqueles com os preparativos e os posteriores à viagem.

A tabela 3 (ver anexo 03) refere-se ao turismo emissor. Esses gastos ocorrem quase que exclusivamente quando os visitantes são moradores fora do território econômico ou quando estes viajam com a intenção de sair desse território.

Na tabela 04 (ver anexo 04) que faz referência ao consumo turístico emissor por produtos e tipos de turismo, trata-se mais resumidamente de uma junção entre as tabelas 1 e 2 somada de mais alguns componentes de consumo relevantes. Dessa forma, temos o consumo total da atividade turística pela ótica da despesa, sabendo quanto os visitantes estão gastando no território em questão.

Pode ser observado na tabela 5 (ver anexo 05) que ela apresenta as contas de produção das indústrias de turismo e outras indústrias na economia de referência, ou seja, refere-se a oferta. Essa tabela segue o formato definido no Sistema de Contas Nacionais 2008 (SNA-2008).

Segundo OMT/EUROSTAT/OECD/ONU (2010), a tabela 06 (ver anexo 06) é o núcleo central do sistema da CST, pois abrange o confronto e a conciliação entre a oferta interna e o consumo turístico interior. Essa tabela foi elaborada a partir de tabelas contidas no SNA-2008 e é tida também como complementar a tabela 05. Quanto mais sutis e precisos foram os pressupostos relacionados aos efeitos do consumo turístico em cada indústria, mais precisa será a mensuração.

A tabela número 7 (ver anexo 07) está relacionada aos empregos nos setores do turismo. Essa tabela contém uma variável adicional no número de estabelecimentos em cada setor do turismo (complementa a informação na Tabela 10, com uma distribuição desse número pelo tamanho dos estabelecimentos). Isso permite que o cálculo da média do número de postos de trabalho também seja por sexo e situação do emprego para cada setor do turismo.

A formação bruta de capital fixo do turismo e outros setores é mostrada na tabela 8 (ver anexo 08). As linhas dessa tabela mostram uma proposta de uma lista com itens partida para formação bruta de capital fixo relacionados com o turismo, ou seja, o dado de investimento em ativos fixos, específicos do turismo, no total da economia. A OMT/EUROSTAT/OECD/ONU (2010) recomenda a inclusão de ativos tangíveis e intangíveis não produzidos como item de partida e de caráter informativo. Esses ativos não são produzidos e, portanto, não são abrangidos pela formação bruta de capital fixo do turismo no âmbito do Sistema de Contas Nacionais 2008.

As linhas da Tabela 9 (ver anexo 09) mostram uma proposta de lista de serviços não mercantis que são considerados coletivos e relacionados ao turismo, ou seja, aquilo que os entes públicos, nas três esferas, gastaram para promover, desenvolver ou manter a atividade turística. A tabela é nomeada como sendo de consumo coletivo turístico por funções e níveis de governo. Algumas funções visíveis podem ser citadas como promoção do turismo, planejamento geral e coordenação relacionados a assuntos turísticos, geração de estatísticas e informações básicas sobre o turismo, administração de agências de informação e outras.

A tabela de número 10 (ver anexo 10) refere-se aos indicadores não monetários, ou seja, os indicadores quantitativos, que são relacionados às outras tabelas e são importantes para a interpretação das informações fornecidas. Entre os indicadores encontram-se o número de viagens por formas de turismo; as categorias de visitantes e o tempo de permanência; indicadores físicos quanto aos tipos de alojamento, meio de transporte utilizado pelos visitantes não residentes que viajam para o território económico do país de referência, bem como o número e tamanho dos estabelecimentos pertencentes às indústrias de turismo.

A CST pode ser bem visualizada, por meio das dez tabelas aqui descritas e apresentadas como anexo. Parte dos dados está disponível no Sistema de Contas Nacionais de cada respectivo país. Porém, o método ainda CST é considerado muito complexo para boa parte deles.

4.2 O desenvolvimento das CST's no mundo

A partir da Conferência de Ottawa em 1991 colocaram-se em prática muitas das iniciativas apresentadas na mesma e com o tempo vem aumentando o número de países que elaboram a Conta Satélite do Turismo. Além do governo, do setor privado empreendeu suas próprias iniciativas, entre as quais incluem o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), que é fixado em grande parte nas técnicas de mensuração (OMT/EUROSTAT/OECD/ONU, 2010).

Como já revelado anteriormente o objetivo de uma CST é melhorar a consistência interna de estatísticas do turismo com o resto do sistema de estatística de um país e da comparabilidade internacional de dados. Dentre os principais países que vem elaborando a CST de acordo com as especificações e características recomendadas pode-se citar o Canadá, pioneiro nas pesquisas sobre a CST, Portugal e Espanha dentre os países da América do Sul tem se destacado nas pesquisas a Argentina e Brasil. De acordo com Andrade (2009) segue um resumo da evolução da CST no Canadá, Portugal e Espanha:

CANADÁ - País precursor em contas satélites do turismo, seguindo as necessidades já apontadas pela França em estimativas para a atividade turística, o Canadá tem como marco inicial em estatísticas do turismo a *International Conference on Travel and Tourism Statistic* realizada em 1991, sendo sediada na cidade de Ottawa. Este foi um dos eventos mais importantes e sua realização foi considerada um momento histórico no desenvolvimento das estatísticas do turismo. Pode-se destacar a procura por diferentes bases de dados e estudos específicos que complementam a CST e que guardam estrita relação com as contas nacionais. Dessa forma, os dados turísticos não disponíveis nas Contas Nacionais do Canadá são supridos com igual credibilidade. Este é o caso da *Travel Survey of Residents of Canada* (TSRC), que substituiu a *Canadian Travel Survey* (CTS), e da *International Travel Survey* (ITS), realizadas pelo *Statistic Canada*, sendo que a primeira tem como objetivo caracterizar o turista canadense que viaja no próprio Canadá e a segunda traça o perfil do turista estrangeiro que visita o Canadá e o canadense que vai para outro país.

ESPAÑA - Assim como no Canadá, a Espanha também utiliza de seu departamento de estatísticas nacionais para elaborar a conta satélite do turismo. Em sua primeira versão de 2002, a *Subdirección General de Cuentas Nacionales Del Instituto Nacional de Estadística* (INE) trabalhou em conjunto com o *Banco de España* e a *Secretaría General de Turismo*. A versão atualizada possui dados até 2007, retirados das contas nacionais ou complementados por estudos específicos. Destes estudos específicos saem estatísticas sobre fluxos turísticos, desenvolvimento econômico dos principais setores que compõe o turismo, sobre gastos dos turistas, entre outros, permitindo a estimação do PIB turístico, além de outras informações. O diferencial está no enfoque dado às tabelas de recursos e usos das contas nacionais, onde o INE faz dessas tabelas a base de dados da CST e utiliza outras fontes para compor as informações sobre a oferta e demanda da atividade turística. O Quadro 15 lista os principais estudos com este propósito

PORTUGAL - A Conta Satélite do Turismo é desenvolvida no âmbito de um Protocolo celebrado entre o Instituto Nacional de Estatística e o Instituto de Turismo de Portugal, o qual financia integralmente este projeto. No início do projeto -piloto para o ano 2000 foi, ainda, objeto de uma coparticipação financeira por parte da Comissão Europeia e da DG – Enterprise and Industry. O Instituto Nacional de Estatística de Portugal divulga os resultados definitivos da Conta Satélite do Turismo anualmente através do Serviço de Contas Satélite e do Departamento de Estatísticas Macroeconómicas que possui. No âmbito da Conta Satélite do Turismo de Portugal – CSTP, foi elaborado um estudo de viabilidade com o objetivo de regionalizar os principais componentes do Turismo. O plano que se referia a regionalização da CSTP começou a ser melhor elaborado a partir de 2004, em paralelo com as Contas Nacionais e tentativa de elaboração de uma versão preliminar agregada que permita obter indicadores para 2005 e 2006.

É recomendado, pela OMT, que todos os países possuam um plataforma de dados interinstitucional que possa adequar-se as particularidades de cada país, todavia, mantendo um padrão para esta possa ser comparada internacionalmente. A elaboração e atualização desse sistema deverá ser atualizado por técnicos originados de 3 instituições publicas de maior vinculo com o desenvolvimento e com a estatística do turismo no país em questão.

4.3 A Conta Satélite do Turismo no Brasil

Em 1999, o Brasil elaborou seu primeiro documento relativo à Conta Satélite do Turismo. O projeto, realizado em conjunto pela EMBRATUR, Ministério do Esporte e Turismo, IBGE e FIPE, tinha como proposta “constituir-se em um marco conceitual para a elaboração da CST no Brasil, como instrumento de detalhamento de medida do Turismo nas Contas Nacionais do País, nos moldes preconizados pela Organização Mundial do Turismo” (EMBRATUR, 1999, p.01).

Este documento afirma que a CST é muito importante por:

...tratar-se da implantação de um sistema de informações nada desprezível, não só pela diversidade e volume das informações requeridas, mas sobretudo pelo seu caráter de perenidade, ou seja, de acompanhamento estatístico sistemático e permanente do comportamento do setor de turismo (EMBRATUR, 1999, p. 18).

No Brasil as três instituições designadas a integrarem os dados e atualizarem o sistema são o Mtur, a EMBRATUR e o IBGE. As demais instituições envolvidas no projeto podem fazer uso da plataforma das contas mediante liberação por parte de uma das instituições supracitadas.

São apontados como problemas nacionais para o desenvolvimento completo da CST: A ausência de estatísticas macroeconômicas do turismo; falta de dados de demanda; falta de institucionalização dentre os agentes envolvidos na elaboração da CST; problemas operacionais para realizar as pesquisas e problemas interinstitucionais (IBGE, 1999).

De acordo com Andrade (2009) o Brasil tem apenas quatro das 10 tabelas com dados disponíveis. Dentre as outras seis, duas estão necessitando de definições conceituais e quatro requerendo pesquisas específicas. Isso faz com que haja uma Conta Satélite do Turismo no Brasil, porém, ainda incompleta quando comparada a países que já possuem um estudo melhor desenvolvido e com mais números disponíveis em suas bases de dados, portanto, o Brasil ainda está em fase inicial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CST pode ser bem visualizada através das tabelas. Parte dos dados está disponível no Sistema de Contas Nacionais, porém um dos principais problemas referentes a dificuldade da elaboração dessas tabelas está exatamente com a fonte de dados, ou seja, o próprio SNA. Isso se dá pelo fato da maioria dos países ainda não possuir um SNA suficientemente desagregado para atender o turismo, e resulta na necessidade de diversos estudos integrantes ao sistema central.

O desafio nas pesquisas em turismo passa a ser então buscar melhores especificações nas contas nacionais e na decomposição da produção agregada do setor. Isto ocorre porque a maioria dos países não possui dados capazes de suprir todas as tabelas. Em verdade, ainda há muita dificuldade em saber quais dos dados exigidos para as tabelas 7,8 e 9 são realmente gerados pelo turismo, pois, por exemplo, um emprego gerado por um restaurante pode ser turístico ou não. Assim, estas incertezas são grandes entraves na elaboração de dados para concretização da CST.

Ao final deste trabalho desponta-se grande relevância na utilização da metodologia aplicada na CST e sua implantação tanto no Brasil quando no Mundo, que mesmo diante da carência de informações e dados, um número expressivo de países (Segundo a OMT (2012) são cerca de 74) vem buscando adotá-la e findando a escassez de elementos econômicos confiáveis e comparáveis entre um ou mais setores econômicos. No presente trabalho foi dada ênfase da situação da CST no Canadá, Espanha, Portugal e Brasil.

É percebido, portanto, que esta ferramenta se faz importante no planejamento econômico de determinado país para que estes tornem suas projeções de viabilidade financeira de projetos, estimativas de investimentos e comparação com outros países algo avaliado com eficiência e eficácia.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Joaquim Pinto de; DIVINO, José Angelo; MOLLO, Maria de Lourdes R.; TAKASAGO, Milene. **A economia do turismo no Brasil**. Brasília: SENAC/DF, 2008.

ANDRADE, Mario Rudá Pontes de. **CONTA SATÉLITE DO TURISMO: Estrutura, análise e desafios para implementação no caso brasileiro**. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Centro de Excelência em Turismo. Brasília, 2009

BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 6 ed. Atual. São Paulo: Ed. SENAC, 2001.

COOPER, C. Et al.. **Turismo: Princípios e Práticas**. Bookman, Porto Alegre, 2001.

OECD/CEC/IMF: Organisation for Economic Cooperation and Development, Commission of the European Communities, International Monetary Fund. United Nations and World Bank. **System of National Accounts - 1993**, Brussels/Luxembourg, New York, Paris, Washington, D.C., 1993.

OECD/CEC/IMF: Organisation for Economic Co-operation and Development / European Commission / International Monetary Fund, United Nations and World Bank. **System of National Accounts - 2008**, New York, 2009.

EMBRATUR, **Conta Satélite do Turismo – CST Brasil**, Brasília, 1999

OMT / EUROSTAT / OECD / ONU. **Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework 2008**. Luxemburgo, Madri, Nova York, Paris: United Nations publication, 2010. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/tradeserv/TSA%20RMF%202008%20edited%20whitecover.pdf>> Acesso em 25 outubro 2012.

FEIJÓ, Carmen Aparecida; RAMOS, Roberto Luis Olinto. **Contabilidade Social: A nova referencia das contas nacionais no Brasil**.3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

FERREIRA, Victor Henrique Moreira. **Teoria geral do turismo: livro didático**. 2. ed. rev. Palhoça : UnisulVirtual, 2007

FRECHTLING, Douglas C. **The tourism satellite account: foundations, progress and issues**. Tourism Management 20, 1999.

HARRIS e HARRIS, **The Structural Dynamics of Aggregate Production: A challenge to tourism research**. The Journal of Tourism Studies, Vol. 5, 1994.

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental**. Porto, Universidade de Algarve, 2006.

MANKIW, N. Gregory, **Princípios de macroeconomia** / N. Gregory Mankiw; [tradução Allan Vidigal Hastings] - - São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

MAANEN, John, Van. **Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface**. Administrative Science Quarterly, vol. 24, no. 4, 1979.

MATTOS, Mauro Gomes de; ROSSETO JR., Adriano José; BLECHER, Shelly. **Teoria e prática da metodologia da pesquisa em educação física: Construindo seu trabalho acadêmico: monografia, artigo científico e projeto de ação**. São Paulo: Phorte, 2004.

MTur: Ministério do Turismo. **Dados e fatos**. Site Institucional do MTur. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/>> Acesso em 11 de Novembro de 2012.

OMT. **World Tourism Barometer**. Madri, v.7, n. 2, 2009.

OMT: Organização Mundial do Turismo, **WTO Metadata Project: General Guidelines for documenting tourism statistics**, 2004

OMT: Organização Mundial do Turismo. **Site da OMT**. Disponível em: <<http://www.unwto.org/>> Acesso em 20 de novembro de 2012.

PANOSSO NETTO, Alexandre; LOHMANN, Guilherme. **Teoria do Turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008.

RABAHY, Wilson Abrahão. **Turismo e desenvolvimento: estudos econômicos e estatísticos no planejamento**. 1 ed. Barueri, SP: Manole, 2003.

ROSSETTI, José Paschoal. **Contabilidade Social**, São Paulo: Atlas, 1995.

SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. **Economia do Turismo** – São Paulo: Aleph, 2012.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriques. **Fundamentos de Economia**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

ANEXOS

ANEXO 01

**Tabela 1 - Consumo turístico receptivo por produtos e categorias de visitantes
(consumo final dos visitantes)
(Avaliação líquida)**

| Produtos | Excursionistas (1.1) | Turistas (1.2) | Total de visitantes (1.3) = (1.1) + (1.2) |
|---|-------------------------|-------------------|---|
| A. Produtos Específicos | | | |
| A.1 Produtos característicos (a) | | | |
| 1 - Alojamento | | | |
| 1.1 Hotéis e outros serviços de alojamento | X | | |
| 1.2 Serviços de residência secundária por conta própria ou gratuita | X | X | X |
| 2 - Serviços de alimentação | | | |
| 3 - Serviços de transporte de passageiros | | | |
| 3.1 Ferroviário interurbano | | | |
| 3.2 Rodoviário | | | |
| 3.3 Marítimo ou fluvial | | | |
| 3.4 Aéreo | | | |
| 3.5 Serviços de apoio | | | |
| 3.6 Aluguel do equipamento de transporte | | | |
| 3.7 Serviços de reparo e manutenção | | | |
| 4 - Serviços de agência de viagem, operador e guia turístico | | | |
| 4.1 Agência de viagem (1) | | | |
| 4.2 Operador turístico (2) | | | |
| 4.3 Informação turística e guia turístico | | | |
| 5 - Serviços culturais | | | |
| 5.1 Artes | | | |
| 5.2 Museu e outros serviços culturais | | | |
| 6 - Recreação e outros serviços de entretenimento (3) | | | |
| 6.1 Serviços de esportes e recreação esportiva | | | |
| 6.2 Outros serviços de recreação e lazer | | | |
| 7 - Serviços variados de turismo | | | |
| 7.1 Serviços financeiros e de seguro | | | |
| 7.2 Outros serviços de aluguel de bens | | | |
| 7.3 Outros serviços de turismo | | | |
| A.2 Produtos Conexos | | | |
| margens de distribuição | | | |
| bens (4) | | | |
| serviços | | | |
| B. Produtos não específicos | | | |
| margens de distribuição | | | |
| bens (4) | | | |
| serviços | | | |
| TOTAL | | | |
| número de viagens | | | |
| número de noites | | | |

Fonte: Adaptado de Andrade (2009, p.48)

X - não se aplica

(1) Corresponde ao valor agregado pelas agências de viagem

(2) Corresponde ao valor agregado pelos operadores turísticos

(3) Corresponde ao valor líquido do montante pago às agências de viagem e operadores de turismo

(4) Corresponde ao valor líquido das margens de distribuição

(a) Embora chamados de "produtos", os bens ainda não estão incluídos.

ANEXO 02

Tabela 1 - Consumo turístico doméstico por produtos e conjuntos ad hoc de visitantes residentes

| Produtos | Visitantes residentes viajando apenas no país de Referência | | | Visitantes residentes viajando para outro país (*) | | | Todos visitantes residentes (**) | | |
|---|---|----------------|---|--|----------------|---|--------------------------------------|--------------------------------|---|
| | Excursionistas (2.1) | Turistas (2.2) | Total de visitantes (2.3) = (2.1) + (2.2) | Excursionistas (2.4)] | Turistas (2.5) | Total de visitantes (2.6) = (2.4) + (2.5) | Excursionistas (2.7) = (2.1) + (2.4) | Turistas (2.8) = (2.2) + (2.5) | Total de visitantes (2.9) = (2.3) + (2.6) |
| A. Produtos Específicos | | | | | | | | | |
| A.1 Produtos característicos | | | | | | | | | |
| 1 - Alojamento | | | | | | | | | |
| 1.1 Hotéis e outros serviços de alojamento | X | | | X | | | X | | |
| 1.2 Serviços de residência secundária por conta própria ou gratuita | X | | | X | | | X | | |
| 2 - Serviços de alimentação | | | | | | | | | |
| 3 - Serviços de transporte de passageiros | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| 3.1 Ferroviário interurbano | | | | | | | | | |
| 3.2 Rodoviário | | | | | | | | | |
| 3.3 Marítimo ou fluvial | | | | | | | | | |
| 3.4 Aéreo | | | | | | | | | |
| 3.5 Serviços de apoio | | | | | | | | | |
| 3.6 Aluguel do equipamento de transporte | | | | | | | | | |
| 3.7 Serviços de reparo e manutenção | | | | | | | | | |
| 4 - Serviços de agência de viagem, operador e guia turístico | | | | | | | | | |
| 4.1 Agência de viagem | | | | | | | | | |
| 4.2 Operador turístico | | | | | | | | | |
| 4.3 Informação turística e guia turístico | | | | | | | | | |
| 5 - Serviços culturais | | | | | | | | | |
| 5.1 Artes | | | | | | | | | |
| 5.2 Museu e outros serviços culturais | | | | | | | | | |
| 6 - Recreação e outros serviços de entretenimento | | | | | | | | | |
| 6.1 Serviços de esportes e recreação esportiva | | | | | | | | | |
| 6.2 Outros serviços de recreação e lazer | | | | | | | | | |
| 7 - Serviços variados de turismo | | | | | | | | | |
| 7.1 Serviços financeiros e de seguro | | | | | | | | | |
| 7.2 Outros serviços de aluguel de bens | | | | | | | | | |
| 7.3 Outros serviços de turismo | | | | | | | | | |
| A.2 Produtos Conexos | | | | | | | | | |
| margens de distribuição | | | | | | | | | |
| bens | | | | | | | | | |
| serviços | | | | | | | | | |
| B. Produtos não específicos | | | | | | | | | |
| margens de distribuição | | | | | | | | | |
| bens | | | | | | | | | |
| serviços | | | | | | | | | |
| TOTAL | | | | | | | | | |
| | Numero de viagens | | | | | | | | |
| | Número de noites | | | | | | | | |

Fonte: Andrade (2009, p.49)

X - não se aplica

ANEXO 03

**Tabela 3 - Consumo turístico emissivo por produtos e categorias de visitantes
(consumo final dos visitantes)**

| Produtos | Excursionistas (3.1) | Turistas (3.2) | Total de visitantes (3.3) = (3.1) + (3.2) |
|---|---------------------------------|---------------------------|--|
| A. Produtos Específicos | | | |
| A.1 Produtos característicos (a) | | | |
| 1 - Alojamento | X | | |
| 1.1 Hotéis e outros serviços de alojamento | X | | |
| 1.2 Serviços de residência secundária por conta própria ou gratuita | X | X | X |
| 2 - Serviços de alimentação | | | |
| 3 - Serviços de transporte de passageiros | | | |
| 3.1 Ferroviário interurbano | | | |
| 3.2 Rodoviário | | | |
| 3.3 Marítimo ou fluvial | | | |
| 3.4 Aéreo | | | |
| 3.5 Serviços de apoio | | | |
| 3.6 Aluguel do equipamento de transporte | | | |
| 3.7 Serviços de reparo e manutenção | | | |
| 4 - Serviços de agência de viagem, operador e guia turístico | | | |
| 4.1 Agência de viagem | | | |
| 4.2 Operador turístico | | | |
| 4.3 Informação turística e guia turístico | | | |
| 5 - Serviços culturais | | | |
| 5.1 Artes | | | |
| 5.2 Museu e outros serviços culturais | | | |
| 6 - Recreação e outros serviços de entretenimento | | | |
| 6.1 Serviços de esportes e recreação esportiva | | | |
| 6.2 Outros serviços de recreação e lazer | | | |
| 7 - Serviços variados de turismo | | | |
| 7.1 Serviços financeiros e de seguro | | | |
| 7.2 Outros serviços de aluguel de bens | | | |
| 7.3 Outros serviços de turismo | | | |
| A.2 Produtos Conexos | | | |
| margens de distribuição | | | |
| bens | | | |
| serviços | | | |
| B. Produtos não específicos | | | |
| margens de distribuição | | | |
| bens | | | |
| serviços | | | |
| TOTAL | | | |
| número de viagens | | | |
| número de noites | | | |

Fonte: Andrade (2009, p. 50)

X - não se aplica

(a) - Ver nota na Tabela 1

ANEXO 04

Tabela 4 - Consumo turístico interno por produtos e tipos de turismo

| Produtos | Consumo final dos visitantes | | | Outros componentes do consumo dos visitantes (4.4) | Consumo turístico interno total (4.5) = (4.3) + (4.4) |
|--|------------------------------------|-------------------------------------|---|--|---|
| | Consumo turístico receptivo (4.1)* | Consumo turístico doméstico (4.2)** | Consumo turístico interno (4.1) + (4.2) = (4.3) | | |
| A. Produtos Específicos | | | | | |
| A.1 Produtos característicos (a) | | | | | |
| 1 - Alojamento | | | | | |
| 1.1 Hotéis e outros serviços de alojamento | | | | | |
| 1.2 Serviços de residência secundária por conta própria ou gratuita | X | X | X | | |
| 2 - Serviços de alimentação | | | | | |
| 3 - Serviços de transporte de passageiros | | | | | |
| 3.1 Ferroviário interurbano | | | | | |
| 3.2 Rodoviário | | | | | |
| 3.3 Marítimo ou fluvial | | | | | |
| 3.4 Aéreo | | | | | |
| 3.5 Serviços de apoio | | | | | |
| 3.6 Aluguel do equipamento de transporte | | | | | |
| 3.7 Serviços de reparo e manutenção | | | | | |
| 4 - Serviços de agência de viagem, operador e guia turístico | | | | | |
| 4.1 Agência de viagem | | | | | |
| 4.2 Operador turístico | | | | | |
| 4.3 Informação turística e guia turístico | | | | | |
| 5 - Serviços culturais | | | | | |
| 5.1 Artes | | | | | |
| 5.2 Museu e outros serviços culturais | | | | | |
| 6 - Recreação e outros serviços de entretenimento | | | | | |
| 6.1 Serviços de esportes e recreação esportiva | | | | | |
| 6.2 Outros serviços de recreação e lazer | | | | | |
| 7 - Serviços variados de turismo | | | | | |
| 7.1 Serviços financeiros e de seguro | | | | | |
| 7.2 Outros serviços de aluguel de bens | | | | | |
| 7.3 Outros serviços de turismo | | | | | |
| A.2 Produtos Conexos | | | | | |
| margens de distribuição serviços | | | | | |
| B. Produtos não específicos | | | | | |
| margens de distribuição serviços | | | | | |
| Valor líquido dos bens produzidos domesticamente das margens de distribuição | | | | | |
| Valor líquido dos bens importados das margens de distribuição | | | | | |
| TOTAL | | | | | |

Fonte: Adaptado de Andrade (2009, p. 51)

(x) – não se aplica

(a) Ver nota na Tabela 1

(*) Corresponde ao item 1.3 da Tabela 1

(**) Corresponde ao item 2.9 da Tabela 2

ANEXO 05

Tabela 5 - Contas de produção da indústria do turismo e de outras indústrias

| Produtos | ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO | | | | | | | | | | | Total das atividades características do turismo | Atividades características do turismo conexo | Outras atividades, não específicas do turismo | Produção TOTAL dos produtores domésticos (a preços básicos) | | |
|--|---|---------------------------|---|---------------------------|----------------|-------------------------|-----------|-----------------------|---------------------------------------|------------------------------------|--------------------------|---|--|---|---|--|---|
| | 1 - Hotéis e estabelecimentos similares | 2 - Residência secundária | 3 - Restaurantes e estabelecimentos similares | Transporte de Passageiros | | | | | | 10 - Agência de viagem e similares | 11 - Serviços de cultura | | | | | 12 - Esportes e outros serviços de recreação | |
| | | | | 4 - Ferroviário | 5 - Rodoviário | 6 - Marítimo ou fluvial | 7 - Aéreo | 8 - Serviços de apoio | 9 - Aluguel Equipamento de transporte | | | | | | | | |
| A. Produtos Específicos | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A.1 Produtos característicos (a) | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1 - Alojamento | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.1 Hotéis e outros serviços de alojamento | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.2 Serviços de residência secundária por conta própria ou gratuita | X | | X | | | | | | | | | | | | | | |
| 2 - Serviços de alimentação | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3 - Serviços de transporte de passageiros | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.1 Ferroviário interurbano | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.2 Rodoviário | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.3 Marítimo ou fluvial | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.4 Aéreo | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.5 Serviços de apoio | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.6 Aluguel do equipamento de transporte | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.7 Serviços de reparo e manutenção | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| 4 - Serviços de agência de viagem, operador e guia turístico | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| 4.1 Agência de viagem (1) | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| 4.2 Operador turístico (2) | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| 4.3 Informação turística e guia turístico | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| 5 - Serviços culturais | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| 5.1 Artes | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| 5.2 Museu e outros serviços culturais | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| 6 - Recreação e outros serviços de entretenimento (3) | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| 6.1 Serviços de esportes e recreação esportiva | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| 6.2 Outros serviços de recreação e lazer | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| 7 - Serviços variados de turismo | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| 7.1 Serviços financeiros e de seguro | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| 7.2 Outros serviços de aluguel de bens | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| 7.3 Outros serviços de turismo | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| A.2 Produtos Conexos | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| margens de distribuição | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| serviços | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| B. Produtos não específicos | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| margens de distribuição | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| serviços | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| Valor líquido dos bens produzidos domesticamente das margens de distribuição | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| Valor líquido dos bens importados das margens de distribuição | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| Produção TOTAL (a preços básicos) | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1. Produtos de agricultura, silvicultura e da pesca | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2. Indústria extrativa | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3. Eletricidade, gás e água | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 4. Indústria de transformação | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 5. Indústria da construção civil | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 6. Serviços de comércio, hotéis e restaurantes | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 7. Serviços de transporte, armazenagem e comunicação | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 8. Serviços empresariais | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 9. Serviços coletivos, sociais e individuais | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Consumo intermediário total (a preços de mercado) | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Valor bruto adicionado (a preços básicos) | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Remuneração dos empregados / Despesa com pessoal | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Outros impostos líquidos de subsídios à produção | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Rendimento Misto Bruto | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Excedente Bruto de Exploração | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Fonte: Adaptado de Andrade (2009, p. 52)

X - não se aplica

(a) Ver nota na Tabela 1

(1) Corresponde ao valor agregado pelas agências de viagem

(2) Corresponde ao valor agregado pelos operadores turísticos

(3) Corresponde ao valor líquido do montante pago às agências de viagem e operadores de turismo

ANEXO 06

Tabela 6 - Oferta e consumo de serviços turísticos por produtos

| Produtos | ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO | | | | | | | | Total das atividades características do turismo | Atividades características do turismo conexo | Outras atividades, não específicas do turismo | Produção TOTAL dos produtores domésticos (a preços básicos) | *Importações | Impostos menos subsídios à produção de bens internos e importação | Oferta Interior (a preços de mercado) | Consumo turístico interior | Turismo sobre a oferta | |
|--|---|------------------|---------------------------|------------------|----------|------------------|--|------------------|---|--|---|---|--------------|---|---------------------------------------|----------------------------|------------------------|---|
| | 1 - Hotéis e estabelecimentos similares | | 2 - Residência secundária | | --- | | 12 - Esportes e outros serviços de recreação | | | | | | | | | | | |
| | Produção | Parte do turismo | Produção | Parte do turismo | Produção | Parte do turismo | Produção | Parte do turismo | | | | | | | | | | |
| A. Produtos Específicos | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A.1 Produtos característicos (a) | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1 - Alojamento | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.1 Hotéis e outros serviços de alojamento | X | X | X | X | X | X | X | X | | | X | X | | X | X | | | |
| 1.2 Serviços de residência secundária por conta própria ou gratuita | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | |
| 2 - Serviços de alimentação | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | |
| 3 - Serviços de transporte de passageiros | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.1 Ferrovário interurbano | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.2 Rodoviário | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.3 Marítimo ou fluvial | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.4 Aéreo | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.5 Serviços de apoio | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.6 Aluguel do equipamento de transporte | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.7 Serviços de reparo e manutenção | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | |
| 4 - Serviços de agência de viagem, operador e guia turístico | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | |
| 4.1 Agência de viagem | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | |
| 4.2 Operador turístico | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | |
| 4.3 Informação turística e guia turístico | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | |
| 5 - Serviços culturais | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | |
| 5.1 Artes | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | |
| 5.2 Museu e outros serviços culturais | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | |
| 6 - Recreação e outros serviços de entretenimento | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | |
| 6.1 Serviços de esportes e recreação esportiva | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | |
| 6.2 Outros serviços de recreação e lazer | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | |
| 7 - Serviços variados de turismo | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | |
| 7.1 Serviços financeiros e de seguro | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | |
| 7.2 Outros serviços de aluguel de bens | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | |
| 7.3 Outros serviços de turismo | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | |
| A.2 Produtos Conexos | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | |
| margens de distribuição | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | |
| serviços | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | |
| B. Produtos não específicos | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | |
| margens de distribuição | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | |
| serviços | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | |
| Valor líquido dos bens produzidos domesticamente das margens de distribuição | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | | | X | X |
| Valor líquido dos bens importados das margens de distribuição | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Produção TOTAL (a preços básicos) | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1. Produtos de agricultura, silvicultura e da pesca | | | | | | | | | | | X | X | X | X | X | | | |
| 2. Indústria extrativa | | | | | | | | | | | X | X | X | X | X | | | |
| 3. Eletricidade, gás e água | | | | | | | | | | | X | X | X | X | X | | | |
| 4. Indústria de transformação | | | | | | | | | | | X | X | X | X | X | | | |
| 5. Indústria da construção civil | | | | | | | | | | | X | X | X | X | X | | | |
| 6. Serviços de comércio, hotéis e restaurantes | | | | | | | | | | | X | X | X | X | X | | | |
| 7. Serviços de transporte, armazenagem e comunicação | | | | | | | | | | | X | X | X | X | X | | | |
| 8. Serviços empresariais | | | | | | | | | | | X | X | X | X | X | | | |
| 9. Serviços coletivos, sociais e individuais | | | | | | | | | | | X | X | X | X | X | | | |
| Consumo intermediário total (a preços de mercado) | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Valor bruto adicionado (a preços básicos) | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Remuneração dos empregados / Despesa com pessoal | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Outros impostos líquidos de subsídios à produção | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Rendimento Misto Bruto | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Excedente Bruto de Exploração | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Fonte: Adaptado de Andrade (2009, p.53)

X - não se aplica
(a) Ver nota na Tabela 1

ANEXO 07

Tabela 7 - Emprego nos setores do turismo

| Atividades características do turismo | Número de estabelecimentos | Número de empregos | | | Situação no emprego | | | | | | Número de assalariados | | |
|---|----------------------------|--------------------|--------|-------|---------------------|--------|-------|--------|--------|-------|------------------------|--------|-------|
| | | Total | | | Empregados | | | Outros | | | Total | | |
| | | Homem | Mulher | Total | Homem | Mulher | Total | Homem | Mulher | Total | Homem | Mulher | Total |
| 1 - Hotéis e estabelecimentos similares | | | | | | | | | | | | | |
| 2 - Residência secundária | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| 3 - Restaurantes e estabelecimentos similares | | | | | | | | | | | | | |
| 4 - Transporte ferroviário de passageiros | | | | | | | | | | | | | |
| 5 - Transporte rodoviário de passageiros | | | | | | | | | | | | | |
| 6 - Transporte marítimo ou fluvial de passageiros | | | | | | | | | | | | | |
| 7 - Transporte aéreo de passageiros | | | | | | | | | | | | | |
| 8 - Serviços de apoio ao transporte de passageiros | | | | | | | | | | | | | |
| 9 - Aluguel do equipamento de transporte de passageiros | | | | | | | | | | | | | |
| 10 - Agência de viagem e similares | | | | | | | | | | | | | |
| 11 - Serviços de cultura | | | | | | | | | | | | | |
| 12 - Esportes e outros serviços de recreação | | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL | | | | | | | | | | | | | |

Fonte: Adaptado de Andrade (2009, p54)

ANEXO 08
Tabela 8 - Formação bruta de capital fixo do turismo e outros setores

| Produtos | ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO | | | | | | | | | | | | Outros setores | | | Formação bruta de capital fixo total do turismo e dos outros setores | |
|--|---|---------------------------|---|---------------------------|----------------|-------------------------|-----------|-----------------------|---------------------------------------|------------------------------------|--------------------------|--|-------------------------------|-----------------------|--------|--|-------|
| | 1 - Hotéis e estabelecimentos similares | 2 - Residência secundária | 3 - Restaurantes e estabelecimentos similares | Transporte de Passageiros | | | | | | 10 - Agência de viagem e similares | 11 - Serviços de cultura | 12 - Esportes e outros serviços de recreação | Total da indústria do turismo | Administração Pública | Outros | | Total |
| | | | | 4 - Ferroviário | 5 - Rodoviário | 6 - Marítimo ou fluvial | 7 - Aéreo | 8 - Serviços de apoio | 9 - Aluguel Equipamento de transporte | | | | | | | | |
| A. Ativos não-financeiros produzidos | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A.1 Ativos fixos tangíveis | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1 - Alojamento turístico | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.1 Hotéis e outros alojamentos coletivos | X | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.2 Habitações para fins turísticos | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2 - Outros prédios e estruturas | X | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.1 Restaurantes e estabelecimentos familiares | X | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.2 Construções e infra-estrutura para transporte rodoviário, ferroviário, marítimo/fluviál e aéreo de passageiros | | | | | | | | | | | | | (1) | | | | |
| 2.3 Construções de centros culturais | X | | | | | | | | | | | | | (1) | | (1) | |
| 2.4 Construções para esporte, recreação e lazer | X | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.5 Outras estruturas e construções | X | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3 - Equipamento para transporte de passageiro | X | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.1 Rodoviário e ferroviário | X | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.2 Marítimo/fluviál | X | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.3 Aéreo | X | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 4 - Máquinas e equipamentos | X | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A.2 Ativos fixos intangíveis | X | | | | | | | | | | | | | | | | |
| B. Melhoria dos terrenos utilizados para fins turísticos | X | | | | | | | | | | | | | | | | |

Memo.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| C. Ativos não financeiros não produzidos | X | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1 - Ativos tangíveis não produzidos | X | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1 - Ativos intangíveis não produzidos | X | | | | | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL | X | | | | | | | | | | | | | | | | |

Fonte: Adaptado de Andrade (2009, p. 55)

X - não se aplica

(1) Apenas o que for para fins turísticos.

ANEXO 09

Tabela 9 - Consumo coletivo turístico, por funções e níveis de governo

Memo(*)

| Função | Nível Nacional (9.1) | Nível Regional (estado) (9.2) | Nível Local (9.3) | Total consumo coletivo do turismo (9.4) = (9.1) + (9.2) + (9.3) | Consumo intermediário pelos setores do turismo |
|--|-------------------------|-------------------------------------|----------------------|---|--|
| Promoção do turismo Planejamento geral e coordenação relacionados a assuntos turísticos Geração de estatísticas e informações básicas sobre o turismo Administração de agências de informação Controle e regulação de estabelecimentos em contato com os visitantes Controle específico de visitantes residentes e não residentes Serviços específicos de defesa civil relacionados à proteção dos visitantes Outros serviços | | | | | X X X X |
| TOTAL | | | | | |

Fonte: Adaptado de Andrade (2009, p. 56)

X - não se aplica

(*) Esta coluna reflete as despesas dos ramos de atividade do turismo em promoção do turismo e outros serviços relacionados às funções descritas, quando relevantes.

ANEXO 10
Tabela 10 - Indicadores não-monetários

a. Número de chegadas e pernoites por tipo de turismo e categorias de visitantes de acomodação

| | Turismo receptor (*) | | | Turismo interno | | | Turismo emissor | | |
|-----------------------|----------------------|----------|---------------------|-----------------|----------|---------------------|-----------------|----------|---------------------|
| | Excursionistas | Turistas | Total de visitantes | Excursionistas | Turistas | Total de visitantes | Excursionistas | Turistas | Total de visitantes |
| Número de viagens (*) | | | | | | | | | |
| Número de pernoites | | | | | | | | | |

(*) No caso do turismo receptor, a variável deverá ser "chegadas".

c. Número de estabelecimentos e capacidade por formas

| | Alojamentos turísticos | | Acomodações turísticas | |
|------------------------------------|------------------------|--------|------------------------|--------|
| | Hotéis e similares | Outros | Residência secundária | Outros |
| Número de estabelecimentos | | | | |
| Capacidade (quartos) | | | | |
| Capacidade (camas) | | | | |
| Capacidade de utilização (quartos) | | | | |
| Capacidade de utilização (camas) | | | | |

b. Turismo receptor: Número de chegadas e pernoites por meios de transporte

| | Número de chegadas | Número de pernoites |
|--|--------------------|---------------------|
| 1. Aéreo | | |
| 1.1 Vôos regulares | | |
| 1.2 Vôos não regulares | | |
| 1.3 Outros serviços | | |
| 2. Marítimo ou fluvial | | |
| 2.1 Passageiros de linhas marítimas | | |
| 2.2 Cruzeiros | | |
| 2.3 Outros | | |
| 3. Terrestre | | |
| 3.1 Ferrovia | | |
| 3.2 Automóvel, ônibus ou outro meio de transporte público rodoviário | | |
| 3.3 Veículos privados | | |
| 3.4 Veículos alugados | | |
| 3.5 Outros meio de transporte terrestre | | |
| TOTAL | | |

Fonte: Adaptado de Andrade (2009, p. 57)